



**Demonstrações Contábeis**

**Alupar Investimento S.A.**

**31 de dezembro de 2019**

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

Índice

Balanços patrimoniais .....	03
Demonstrações dos resultados .....	04
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	06
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	08
Demonstrações do valor adicionado .....	09
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	10

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>		<b>1.475.760</b>	<b>984.044</b>	<b>5.441.876</b>	<b>4.986.366</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.474	231.878	1.025.204	2.975.423
Investimentos de curto prazo	5	983.103	513.756	2.864.348	513.756
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	4.470	105.979
Contas a receber de clientes	7	51.648	48.972	346.258	324.347
Dividendos a receber	30	286.469	79.734	75	17.387
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	38.085	37.790	97.249	61.770
Outros tributos compensáveis	8	105	-	37.714	16.887
Estoques		-	-	10.445	1.144
Despesas pagas antecipadamente		77	38	5.639	7.030
Cauções e depósitos judiciais	22	-	-	384	-
Ativo contratual da concessão	9	-	-	951.888	906.633
Outros ativos		76.799	71.876	98.202	56.010
<b>Não circulante</b>		<b>4.784.279</b>	<b>4.227.467</b>	<b>13.927.856</b>	<b>9.620.214</b>
<u>Realizável a longo prazo</u>		<u>162.308</u>	<u>173.684</u>	<u>9.172.874</u>	<u>4.760.706</u>
Contas a receber de clientes	7	-	-	12.528	12.130
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	100.493	4.992
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	-	-	3.187	29.398
Outros tributos compensáveis	8	-	-	2.774	2.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	7.008	10.063
Estoques		-	-	-	25.213
Despesas pagas antecipadamente		-	-	12.220	13.979
Cauções e depósitos judiciais	22	678	2.965	14.965	23.933
Ativo contratual da concessão	9	-	-	9.007.266	4.624.825
Adiantamento para futuro aumento de capital	30	161.630	170.023	-	-
Outros ativos		-	696	12.433	13.399
Investimentos em controladas	10	4.403.112	3.622.294	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	10	136.958	343.228	136.958	419.989
Propriedades para investimento		7.826	7.826	7.826	7.826
Imobilizado	12	2.381	1.004	4.426.026	4.283.482
Intangível	13	71.694	79.431	184.172	148.211
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.260.039</b>	<b>5.211.511</b>	<b>19.369.732</b>	<b>14.606.580</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
		<b>447.314</b>	<b>221.389</b>	<b>2.085.695</b>	<b>1.528.902</b>	
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	388.062	197.184	
Debêntures	20	161.714	27.463	479.525	508.893	
Fornecedores	14	77.866	53.986	401.370	293.192	
Salários, férias e encargos sociais		4.929	3.396	39.978	20.633	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	60.633	52.372	
Encargos regulatórios	17	-	-	60.073	55.688	
Outros tributos a pagar		111	4.653	47.038	44.552	
Passivo de arrendamento	21	473	-	6.071	-	
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	63.105	71.091	
Dividendos a pagar	30	202.197	131.868	384.599	158.192	
Adiantamentos de clientes		-	-	5.794	1.110	
Provisão para gastos ambientais	15	-	-	19.938	23.400	
Provisões de constituição dos ativos	16	-	-	73.594	79.341	
Provisões para contingências	22	-	-	323	1.071	
Outras obrigações		24	23	55.592	22.183	
<b>Não circulante</b>						
		<b>810.536</b>	<b>662.074</b>	<b>9.743.972</b>	<b>6.815.969</b>	
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.635.795	1.663.297	
Debêntures	20	802.916	652.527	6.010.773	4.033.896	
Passivo de arrendamento	21	1.687	-	27.892	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	381	-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	1.485	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	1.229.499	684.758	
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	776.022	385.176	
Provisão para gastos ambientais	15	-	-	734	734	
Provisões de constituição dos ativos	16	-	-	6.677	6.678	
Provisões para contingências	22	5.933	4.936	14.844	10.057	
Outras obrigações		-	-	41.355	29.888	
Provisão para passivo a descoberto	10	-	4.611	-	-	
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.257.850</b>	<b>883.463</b>	<b>11.829.667</b>	<b>8.344.871</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>						
	23	<b>5.002.189</b>	<b>4.328.048</b>	<b>7.540.065</b>	<b>6.261.709</b>	
Capital social subscrito e integralizado		2.981.996	2.981.996	2.981.996	2.981.996	
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)	
Reserva de capital		15.450	43.695	15.450	43.695	
Reservas de lucros		2.031.442	1.343.354	2.031.442	1.343.354	
Outros resultados abrangentes		38.526	24.228	38.526	24.228	
Participação dos acionistas não controladores	11	-	-	2.537.876	1.933.661	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>6.260.039</b>	<b>5.211.511</b>	<b>19.369.732</b>	<b>14.606.580</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>222.302</b>	<b>75.935</b>	<b>4.592.099</b>	<b>1.882.909</b>
Energia comprada para revenda	<b>26</b>	(240.247)	(96.093)	(231.739)	(90.649)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		-	-	(30.397)	(29.021)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		-	-	(10.636)	(10.646)
Custo dos serviços prestados	<b>27</b>	(1.177)	(746)	(277.161)	(256.669)
Custo de infraestrutura	<b>27</b>	-	-	(1.575.398)	(226.808)
<b>Custo do serviço</b>		<b>(241.424)</b>	<b>(96.839)</b>	<b>(2.125.331)</b>	<b>(613.793)</b>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>(19.122)</b>	<b>(20.904)</b>	<b>2.466.768</b>	<b>1.269.116</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>					
Administrativas e gerais	<b>27</b>	(39.260)	(39.452)	(130.615)	(116.143)
Outras receitas		39.827	6.585	51.237	7.107
Outras despesas	<b>27</b>	-	(1.504)	(11)	(1.620)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>10</b>	946.721	461.395	57.394	34.609
		<b>947.288</b>	<b>427.024</b>	<b>(21.995)</b>	<b>(76.047)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>928.166</b>	<b>406.120</b>	<b>2.444.773</b>	<b>1.193.069</b>
Despesas financeiras		(82.143)	(77.919)	(349.635)	(364.475)
Receitas financeiras		44.261	58.548	87.129	97.628
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>	<b>(37.882)</b>	<b>(19.371)</b>	<b>(262.506)</b>	<b>(266.847)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>890.284</b>	<b>386.749</b>	<b>2.182.267</b>	<b>926.222</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(92.207)	(89.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(448.663)	(85.957)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(540.870)</b>	<b>(175.432)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>890.284</b>	<b>386.749</b>	<b>1.641.397</b>	<b>750.790</b>
Atribuído aos acionistas controladores				890.284	386.749
Atribuído aos acionistas não controladores	<b>11</b>			751.113	364.041
Lucro básico e diluído por ação ON	<b>24</b>			1,01271	0,43993
Lucro básico e diluído por ação PN	<b>24</b>			1,01271	0,43993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	890.284	386.749	1.641.397	750.790
23	14.298	13.772	14.298	13.772
	904.582	400.521	1.655.695	764.562
			904.582	400.521
			751.113	364.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
Descrição				Reserva legal	Reserva de investimentos (lucros)					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	2.981.996	(65.225)	48.953	118.834	788.916	-	10.456	3.883.930	1.722.867	5.606.797
<u>Resultado abrangente</u>										
Ajustes de lucros exercícios anteriores em 01 de janeiro 2018 Adoção CPC 47	-	-	-	-	233.468	-	-	233.468	75.966	309.434
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	386.749	-	386.749	364.041	750.790
Ajustes de conversão cumulativa do período	-	-	-	-	-	-	13.772	13.772	-	13.772
	-		-	-	-					
<u>Transação de capital com os sócios</u>										
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	27.698	27.698
Dividendos declarados - Mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(184.613)	-	(184.613)	-	(184.613)
Dividendos declarados a acionistas não controladores das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(285.647)	(285.647)
Compra de participação de não controladores	-	-	(5.220)	-	-	-	-	(5.220)	24.329	19.109
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	5.113	5.113
Reserva para reinvestimento	-	-	(38)	-	-	-	-	(38)	(706)	(744)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>										
Reserva legal	-	-	-	19.338	-	(19.338)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	-	-	-	-	182.798	(182.798)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.981.996	(65.225)	43.695	138.172	1.205.182	-	24.228	4.328.048	1.933.661	6.261.709

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019</b>	2.981.996	(65.225)	43.695	138.172	-	1.205.182	-	24.228	4.328.048	1.933.661	6.261.709
<b><u>Resultado abrangente</u></b>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	890.284	-	890.284	751.113	1.641.397
Ajustes de conversão cumulativa do período	-	-	-	-	-	-	-	14.298	14.298	-	14.298
<b><u>Transação de capital com os sócios</u></b>											
Aumento de capital (nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.486	110.486
Ganho (perda) em transação de capital	-	-	(28.245)	-	-	-	-	-	(28.245)	26.456	(1.789)
Dividendos declarados (nota 23)	-	-	-	-	-	-	(202.196)	-	(202.196)	(443.697)	(645.893)
Variação na participação dos acionistas não controladores (nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.857	159.857
<b><u>Mutações internas do patrimônio líquido</u></b>											
Destinação da Reserva legal (nota 23)	-	-	-	44.514	-	-	(44.514)	-	-	-	-
Destinação da Reserva de lucros a realizar (nota 23)	-	-	-	-	220.689	-	(220.689)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	-	-	-	-	-	422.885	(422.885)	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.981.996</b>	<b>(65.225)</b>	<b>15.450</b>	<b>182.686</b>	<b>220.689</b>	<b>1.628.067</b>	<b>-</b>	<b>38.526</b>	<b>5.002.189</b>	<b>2.537.876</b>	<b>7.540.065</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	890.284	386.749	2.182.267	926.222
<b>Ajustes no lucro para:</b>				
Depreciação e amortização	1.785	1.221	112.974	101.752
Equivalência patrimonial	(946.721)	(461.395)	(57.394)	(34.609)
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias e cambiais, líquidas)	75.669	78.390	560.382	390.402
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	52	33	6.204	7.542
Receitas financeiras	(43.154)	(50.496)	(51.909)	(59.165)
Baixas do ativo imobilizado e intangível	-	11.383	(324)	12.112
Outras (receitas) despesas	-	(5.258)	(24.100)	22.473
PIS, COFINS e Encargos regulatórios diferidos	-	-	271.383	-
	<b>(22.085)</b>	<b>(39.373)</b>	<b>2.999.483</b>	<b>1.366.729</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Contas a receber de clientes	(2.676)	14.054	(7.591)	(49.997)
Ativo financeiro da concessão	-	-	(3.044.281)	(925.201)
Impostos a recuperar	1.589	229	(38.337)	4.196
Adiantamento a fornecedores	-	(2.664)	-	16.313
Estoques	-	-	6.186	(641)
Outros ativos	(2.618)	(231)	(42.049)	(9.623)
	<b>(3.705)</b>	<b>11.388</b>	<b>(3.126.072)</b>	<b>(964.953)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	3.707	5.346	93.007	68.545
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	4.698	105.737
Salários, férias e encargos sociais	316	290	12.063	4.252
Contribuições e impostos a recolher	(3.324)	671	26.391	223.730
Provisões de constituição dos ativos e gastos ambientais	-	-	(18.360)	(5.136)
Adiantamentos de clientes	-	-	2.888	(3.795)
Outros passivos	940	1.503	(22.290)	(23.034)
	<b>1.639</b>	<b>7.810</b>	<b>98.397</b>	<b>370.299</b>
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(24.151)</b>	<b>(20.175)</b>	<b>(28.192)</b>	<b>772.075</b>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-	-	(80.020)	(90.817)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(24.151)</b>	<b>(20.175)</b>	<b>(108.212)</b>	<b>681.258</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aporte de capital nas investidas	(35.531)	(28.360)	-	(47.532)
Pagamento pela aquisição de controladas	(120.433)	-	(258.400)	-
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	445.992	-
Recebimento pela venda de participação acionária	85.216	16.128	85.216	16.205
Resgate de aplicações financeiras	772.247	(280.870)	512.455	(280.870)
Investimentos em aplicações financeiras	(1.204.310)	180.876	(2.798.297)	254.109
Dividendos recebidos	327.729	317.728	-	(48.782)
Aquisições de imobilizado	(211)	(142)	(130.305)	(226.978)
Aquisições de intangível	-	(6.960)	(16.008)	(11.453)
	<b>(175.293)</b>	<b>198.400</b>	<b>(2.159.347)</b>	<b>(345.301)</b>
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de investimentos</b>	<b>(175.293)</b>	<b>198.400</b>	<b>(2.159.347)</b>	<b>(345.301)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital / Emissão de ações	-	-	103.625	43.982
Reserva de capital	-	-	-	14.319
Reserva para reinvestimento	-	-	-	325.685
Adiantamento para futuro aumento de capital	(69.338)	(117.053)	6.861	-
Dividendos pagos	(131.867)	(210.988)	(440.068)	(507.871)
Partes relacionadas - contratos de mútuo	-	(63.215)	-	-
Pagamento de arrendamentos	(726)	-	(7.383)	-
Ingresso de dívidas	646.576	-	2.096.492	2.974.591
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(51.902)	(52.797)	(412.167)	(328.085)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	(385.703)	(72.988)	(1.029.905)	(1.491.023)
	<b>7.040</b>	<b>(517.041)</b>	<b>317.455</b>	<b>1.031.598</b>
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>7.040</b>	<b>(517.041)</b>	<b>317.455</b>	<b>1.031.598</b>
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	(115)	27.798
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(192.404)</b>	<b>(338.816)</b>	<b>(1.950.219)</b>	<b>1.395.353</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo no início do exercício	231.878	570.694	2.975.423	1.580.070
Saldo no final do exercício	39.474	231.878	1.025.204	2.975.423
<b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(192.404)</b>	<b>(338.816)</b>	<b>(1.950.219)</b>	<b>1.395.353</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas</b>				
Receita de operação e manutenção	-	-	461.143	177.124
Receita de infraestrutura	-	-	3.393.000	387.121
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	432.406	933.938
Suprimento de energia	241.026	87.872	738.175	586.417
Outras receitas	39.827	6.585	51.237	7.107
	<u>280.853</u>	<u>94.457</u>	<u>5.075.961</u>	<u>2.091.707</u>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(240.247)	(96.093)	(231.739)	(90.649)
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	-	-	(30.397)	(29.021)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(10.636)	(10.646)
Custo de infraestrutura	-	-	(1.575.398)	(226.808)
Serviços de terceiros	(9.671)	(15.735)	(104.563)	(112.716)
Materiais	(166)	(129)	(41.713)	(15.753)
Outros custos operacionais	(4.183)	(1.660)	(28.038)	(51.176)
	<u>(254.267)</u>	<u>(113.617)</u>	<u>(2.022.484)</u>	<u>(536.769)</u>
<b>(-) Depreciação e amortização</b>	<u>(1.785)</u>	<u>(1.221)</u>	<u>(112.974)</u>	<u>(101.752)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Equivalência patrimonial	946.721	461.395	57.394	34.609
Receitas financeiras	46.417	58.548	90.016	97.628
	<u>993.138</u>	<u>519.943</u>	<u>147.410</u>	<u>132.237</u>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u><b>1.017.939</b></u>	<u><b>499.562</b></u>	<u><b>3.087.913</b></u>	<u><b>1.585.423</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	16.086	15.510	77.152	73.905
Benefícios	2.438	1.766	16.407	13.034
F.G.T.S	1.047	1.379	5.037	5.519
	<u>19.571</u>	<u>18.655</u>	<u>98.596</u>	<u>92.458</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	24.620	14.920	993.413	389.290
Estaduais	-	-	309	93
Municipais	212	172	669	666
	<u>24.832</u>	<u>15.092</u>	<u>994.391</u>	<u>390.049</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Juros e variações cambiais	75.858	77.990	319.660	323.116
Aluguéis	1.110	1.147	3.894	9.830
Outras despesas financeiras	6.284	(71)	29.975	19.180
	<u>83.252</u>	<u>79.066</u>	<u>353.529</u>	<u>352.126</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Dividendos	202.196	184.613	202.196	184.613
Lucros retidos	688.088	202.136	688.088	202.136
Participação de acionistas não controladores	-	-	751.113	364.041
	<u>890.284</u>	<u>386.749</u>	<u>1.641.397</u>	<u>750.790</u>
	<u><b>1.017.939</b></u>	<u><b>499.562</b></u>	<u><b>3.087.913</b></u>	<u><b>1.585.423</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais**

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”) e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

- Transmissão de energia elétrica:**

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
<b>Controladas:</b>									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	230	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dumond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	19/01/15	Subestação	230/525 138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	10	500/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	288	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	541	500	IPCA	Não	Sim

• Transmissão de energia elétrica (continuação):

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
<b>Controladas:</b>									
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	236	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	Pré Operacional	330	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**) ('TCE')	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Indeterminado	Pré Operacional	200	500	IPP	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	Pré Operacional	170	500	IPCA	Não	Sim
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE') - Nota 11	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	24/08/05	188	230	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME') - Nota 11	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB') - Nota 11	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	Pré Operacional	446	500	IPCA	Não	Sim
<b>Empreendimentos controlados em conjunto:</b>									
Transnorte Energia S.A. (***) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim
<b>Total em operação</b>					<b>4.948</b>				
<b>Total em construção</b>					<b>2.926</b>				

(\*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBNI. (\*\*) A concessão da TCE está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias divergem das regras aplicáveis no Brasil. (\*\*\*) A TNE entrou parcialmente em operação comercial, vide NE 10.

• Geração de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Controladas:							
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 e 716/2006	07/04/04	07/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 e 715/2006	07/04/04	07/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguaí - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A. ('GET')	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) ('Risaralda')	Rio Risaralda (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11	Indeterminado	10/09/16	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	3.702/12; 4.684/14 e 5.953/16	24/10/12	15/06/44	31/03/19	30,0	18,7
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C. (*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indeterminado	Pré Operacional	84,0	49,3
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	35,7	-
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	23,1	-
Total em operação						580,0	350,1
Total em construção						165,8	61,2

(\*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

• Holdings e outros segmentos:

Empresa ('abreviação')	Atividade
<b>Controladas:</b>	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda e TCE
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Transmissoras Reunidas S.A. ("Transmissoras Reunidas")	Holding
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção
ACE Comercializadora Ltda. ("ACE")	Comercializadora de energia elétrica

**1.1. Combinação de negócios: aquisições e venda de participações societárias****a) Aquisição da AETE pela controlada APAETE**

A aquisição da AETE ocorreu em dois estágios. O primeiro estágio foi por meio da aquisição do Lote O do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, composto pela alienação de 49% da participação societária detida pela Eletrobrás. A aquisição se deu por meio do Consórcio Olympus VI, cujo lance vencedor foi de R\$94.874, com ágio de 10% em relação ao valor mínimo. Em decorrência da adjudicação, Alupar e CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Apollo 16") constituíram a APAETE, para adquirir a participação societária da Eletrobrás na AETE de 49%, conforme exigido pelo Edital do leilão. Cabe destacar que a Alupar detém 25,50% do capital social total da APAETE e a Apollo 16, 74,50%, e exerce controle da APAETE por deter 51% do capital social votante da APAETE e a Apollo 16 detém 49%. Em decorrência do referido leilão, em 11 de março de 2019, a APAETE celebrou com a Eletrobrás o contrato de compra e venda de 21.299.712 ações ordinárias da AETE, equivalente aos 49% de participação, tendo o CADE e a ANEEL aprovado a transação em 29 de março de 2019 e 15 de maio de 2019, respectivamente. Após cumprida todas as condições precentes, previstas no contrato de compra e venda, em 01 de julho de 2019 foi realizado o Termo de Fechamento e o pagamento, que já descontou os valores pagos à Eletrobras à título de sinal, conforme determinado no referido contrato, concluindo a transferência das ações. O montante total pago à Eletrobrás foi de R\$86.813.

O segundo estágio ocorreu em 18 de julho de 2019, tendo a controlada APAETE adquirido 26,99% do capital social total da AETE, detidos pela BIPAR Energia S.A. ("BIPAR"), por meio de contrato de compra e venda, datado de 16 de maio de 2019, no valor de R\$47.866, sendo 70% pago em 18 de julho de 2019 e o saldo restante pago em duas parcelas anuais e sucessivas (1ª parcela 20% e a 2ª parcela 10%) atualizadas por 105% do CDI. Com esta aquisição a APAETE passou a deter 75,99% do capital social total da AETE e controle da mesma, consequentemente, a Alupar passou a deter indiretamente 19,38% de participação na mesma e o seu controle indireto por meio da APAETE.

Em Assembleia Geral Extraordinária da AETE, realizada em 1º de agosto de 2019, foram eleitos 3 membros do conselho de administração da Companhia, indicados pela APAETE, do total de 5 que compõem o órgão. Em 8 de agosto de 2019, por meio de Reunião do Conselho de Administração da AETE, foram eleitos 2 diretores indicados pela APAETE, do total de 3 que compõem o órgão.

Em 14 de agosto de 2019, a controlada APAETE adquiriu 10,76% do capital social total da AETE, detidos pela Alubar Energia S.A. ("Alubar"), operação não atrelada às aquisições anteriores. O valor ajustado conforme o Contrato de compra e venda foi de R\$18.630, pagos na referida data. Com esta aquisição a APAETE passou a deter 86,75% do capital social total da AETE e, consequentemente, a Alupar passou a deter indiretamente 22,12% de participação na mesma. O valor patrimonial adquirido foi de R\$21.032, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$2.402, foi reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já tinha o controle.

A AETE contribuiu com receitas de R\$7.429 e lucro líquido de R\$4.560 de 18 de julho de 2019, data de aquisição, até 30 de novembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da AETE tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada R\$24.681 referente às receitas e R\$15.450 referente ao lucro líquido.

**b) Aquisição de 49% de participação da TME e venda de 35% de participação à APOLLO 15**

O Lote K, do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, era composto pela alienação de 49% da participação societária detida pela Eletrobrás na TME, empresa esta que a Alupar já era acionista detendo 46% da participação societária, contudo não detinha o controle. O lance vencedor, apresentado pela Companhia, foi correspondente ao valor mínimo de R\$109.530. A Alupar celebrou em 14 de março de 2019 o respectivo contrato de compra e venda de ações com a Eletrobrás e em 01 de abril de 2019 e 15 de maio de 2019, obteve a aprovação do CADE e da ANEEL, respectivamente.

Adicionalmente, com o objetivo de trazer maior sinergia operacional e financeira aos ativos localizados no Estado do Mato Grosso, a Companhia celebrou em 20 de março de 2019, o contrato de compra e venda de Ações com a APOLLO 15 Participações S.A. ("APOLLO 15") para venda de 35% do capital social total da TME, condicionada a finalização da aquisição anterior e nas mesmas condições da aquisição do lote K.

Em 6 de novembro de 2019, a Companhia recebeu anuência do BNDES e Banco do Brasil, agentes financiadores, para concretizar a aquisição de 49% da participação da TME e venda subsequente de 35% da referida participação.

A conclusão da aquisição ocorreu em 13 de novembro de 2019, com o cumprimento das condições precedente previstas no contrato de compra e venda e o consequente pagamento à Eletrobrás no montante de R\$119.095, passando a Companhia, neste momento, a deter 95% de participação na TME, passando a controlá-la.

Em 18 de novembro de 2019, a Companhia concluiu a venda de 35% de participação da TME à APOLLO 15, pelo montante de R\$85.216, passando a deter 60% de participação societária. O valor justo da parcela vendida era no montante de R\$114.073, desta forma, a Companhia registrou uma redução em seu patrimônio líquido na conta de reservas de capital no montante de R\$28.857.

A TME contribuiu com receitas de R\$14.106 e lucro líquido de R\$6.021 de 13 de novembro de 2019, data de aquisição, até 31 de dezembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da TME tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada R\$44.483 referente às receitas e R\$19.691 referente ao lucro líquido.

**c) Aquisição de controle da ETB**

A Alupar e a Apollo 12 Participações S.A. ("APOLLO 12") detinham o controle compartilhado da ETB, possuindo cada uma 50% de participação. Em 2 de outubro de 2019, com base no acordo de acionistas, a Alupar exerceu a opção de compra de 2.230 ações da ETB, que correspondiam a 1% de participação detida pela Apollo 12 e foi solicitada a anuência da ANEEL para a transferência de controle.

Conforme Despacho nº 3.116, emitido em 8 de novembro de 2019, a ANEEL anuiu a transferência de controle da ETB, e aprovou a aquisição pela Alupar de 2.230 ações da ETB, correspondente a 1% de participação societária, desta forma, a Alupar assumiu o controle dessa companhia com 51% de participação contra 49% de participação da APOLLO 12. A conclusão dessa aquisição ocorreu em 25 de novembro de 2019, com a transferência das ações e o pagamento à APOLLO 12 no montante de R\$1.338.

A ETB contribuiu com receitas de R\$71.257 e prejuízo de (R\$5.242) de 25 de novembro de 2019, data de aquisição, até 31 de dezembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da ETB tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada R\$632.939 referente às receitas e R\$112.399 referente ao lucro líquido.

A Companhia e a controlada APAETE apuraram os valores justos dos ativos e passivos, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. A Empresa, contratou avaliador independente que determinou os valores divulgados a seguir na data da aquisição, considerando eventuais efeitos de eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, disponíveis.

A tabela abaixo resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:



Valores reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	AETE (a)	TME (b)	ETB (c)
Caixa equivalentes de caixa	24.201	34.820	386.971
Títulos e valores mobiliários	-	7.911	-
Contas a receber de clientes (i)	4.308	8.194	-
Ativo contratual da concessão (nota 9)	177.260	551.273	627.960
Outros ativos	5.695	7.945	18.014
Imobilizado (nota 12)	268	-	-
<b>Total dos ativos</b>	<b>211.733</b>	<b>610.143</b>	<b>1.032.945</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19 e 20)	-	(100.389)	(725.045)
Fornecedores	(297)	(225)	(9.970)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.439)	(67.994)	(43.354)
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	(11.744)	(67.174)	(60.392)
Outros passivos	(2.245)	(48.476)	(4.332)
Passivo contingente (ii) (nota 22)	(3.362)	(3.312)	-
<b>Total dos passivos</b>	<b>(23.088)</b>	<b>(287.570)</b>	<b>(843.093)</b>
<b>Total de ativos e passivos identificáveis</b>	<b>188.645</b>	<b>322.573</b>	<b>189.852</b>

**Mensuração a valor justo:**

- i) O 'Contas a receber de clientes' da AETE é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$4.907, dos quais R\$599 são estimados como não recuperáveis.
- ii) Na data de aquisição foi reconhecido um passivo contingente com o valor justo de R\$3.031 na AETE e R\$3.312 na TME representados pelas contingências possíveis. Em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças na estimativa dos valores das contingências reconhecidas na data da aquisição.

As referidas combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.5.2

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, o valor da compra vantajosa e ganhos (perdas) na aquisição de controle, da seguinte forma:

	AETE			TME	ETB
	01/07/2019	18/07/2019	14/08/2019	13/11/2019	25/11/2019
Data da aquisição					
Preço pago	86.813	47.866	18.630	119.095	1.338
Participação adquirida	49,00%	26,99%	10,76%	49,00%	1,00%
Valor contábil	191.023	191.023	195.462	322.970	187.765
Valor justo	191.676	188.645	195.462	322.573	189.852
Valor justo da parcela adquirida	93.921	50.915	21.032	158.061	1.899
Contraprestação transferida pelas aquisições	(86.813)	(47.866)	(18.630)	(119.095)	(1.338)
<b>Compra vantajosa (*)</b>	<b>7.108</b>	<b>3.049</b>	-	<b>38.966</b>	<b>560</b>
<b>Ganho na aquisição da participação de acionistas não controladores (**)</b>	-	-	<b>2.402</b>	-	-
<b>Remensuração na aquisição de controle</b>					
Participação anterior	-	49,00%	-	46,00%	50,00%
Valor justo da participação anterior	-	(93.921)	-	(148.566)	(93.883)
Remensuração do valor justo da participação anterior	-	92.436	-	148.384	94.926
<b>Ganho (Perda) na remensuração na aquisição de controle</b>	-	<b>(1.485)</b>	-	<b>(183)</b>	<b>1.044</b>
<b>Venda de participação societária</b>					
Data da venda	-	-	-	18/11/2019	-
Participação vendida	-	-	-	35%	-
Valor contábil	-	-	-	325.924	-
Valor justo da parcela vendida	-	-	-	114.073	-
Contraprestação recebida pela venda	-	-	-	(85.216)	-
<b>Perda na venda de participação em controlada (**)</b>	-	-	-	<b>28.857</b>	-

(\*) Com base nos valores justos calculados nas datas das aquisições, a Companhia e a APAETE reconheceram um ganho líquido de R\$39.827 e R\$8.672, respectivamente, oriundos das compras vantajosas e das perdas nas remensurações nas aquisições do controle da ETB e AETE, registrados na rubrica “Outras receitas - ganhos (perdas) líquidos nas aquisições de empresas” na demonstração do resultado.

(\*\*) Com base nos valores justos calculados na data da aquisição e de compra/venda de participação societária, a controlada a APAETE e a Companhia reconheceram em reserva de capital nos valores de R\$2.402 e (R\$28.857), respectivamente, oriundo das transações entre acionistas da Apollo 15 e ALUBAR, referente à diferença entre o valor justo da parcela vendida/adquirida e o valor da contraprestação.

O patrimônio líquido, incluindo a participação de não controladores, foi mensurado pelo seu valor em uso considerando o nível 3 da hierarquia do valor justo.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 11 de março de 2020.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

### 2.3. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 9 e nº 25) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente financeiro dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance e na determinação dos valores justos dos serviços prestados;
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e Intangível (nota explicativa nº 13) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 15); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 16) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 22) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 18) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;



- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 29) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 31) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Durante o exercício de 2019, as controladas e controladas em conjunto do segmento de transmissão, aprimoraram a forma de mensuração dos fluxos de caixa para registro do ativo contratual de acordo com o CPC 47/IFRS 15. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa, registrados no resultado das controladas, foi de R\$176.326.

### **2.4. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior**

#### **2.4.1. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colombia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### **2.4.2. Conversão de saldos de entidade no exterior**

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

### **2.5. Base de consolidação**

#### **2.5.1. Controladas e controladas em conjunto**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Participação 2019 (%)		Participação 2018 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE (*)	Transmissão	-	22,12	-	-
AF Energia	Prestadora de serviços	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	25,50	-	25,50	-
EAP I	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP II	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (iv)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (iv)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (iv)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (iv)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (iv)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	50,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	69,83	-	69,83	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Ijui	Geração	86,66	-	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	5,52	79,06	5,52	79,06
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
Reunidas	Holding	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	46,00	-
TPE	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:					
TNE (**)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colombia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (iv) Participação indireta via a controlada Windepar. (\*) A AETE foi consolidada com a data-base de 30/11/2019, conforme permitido pelo CPC 36. (\*\*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

### 2.5.2. Combinações de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

## 3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2019, descritas na nota explicativa nº 4.

### 3.1. Instrumentos financeiros

#### 3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### 3.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 31.2.

### 3.2. Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### (a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente.

**(b) Ativo contratual da concessão**

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

A receita de remuneração financeira do ativo de concessão é reconhecida após a conclusão das obras de implementação da infraestrutura e início da operação comercial.

Assim, a contrapartida dos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão bem como a receita pela remuneração financeira são registradas na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação da obrigação de desempenho de operar e manter.

As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

**3.3. Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas e em nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

**3.4. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **3.5. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:



**a) Direito exploração da concessão – Uso do Bem Público**

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão (35 anos).

**b) Direito exploração da concessão e autorização**

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

**c) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos**

Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros da controlada indireta La Virgen, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

**3.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)****• Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

**• Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independente da existência de indícios de perda.



Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.7. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **3.7.1. Provisão para compensações ambientais**

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

#### **3.7.2. Provisão para desmobilização de ativos**

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### **3.7.3. Provisão para constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

#### **3.7.4. Provisões para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.8. Benefícios a empregados****3.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**3.8.2. Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

**3.9. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

**3.10. Reconhecimento da receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

**3.10.1. Receita de implantação da infraestrutura**

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

**3.10.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

**3.10.3. Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a conclusão da fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

**3.10.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

**3.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica**

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

**3.10.6. Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**3.11. Distribuição de lucros**

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia e Peru são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 7,5% e 5%, respectivamente.

### **3.12. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

### **3.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### **3.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### **3.15. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reserva Global de Reversão (RGR) e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As controladas da Companhia possuem registrado no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, o valor da receita destinado à esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

A RGR é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a

2,6% da Receita Anual Permitida - RAP. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

### 3.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção (O&M) que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

### 3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

### 3.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## 4. Novas normas e interpretações

### 4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2019

#### 4.1.1. CPC 06 (R2) - IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia e suas controladas adotaram em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS 16/CPC06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

- Abordagem na transição

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e que não impacta o patrimônio líquido ( lucros acumulados) na data da adoção inicial, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos, sendo os efeitos apresentados a partir de 1º de janeiro de 2019. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de cada uma de suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse

arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

- Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras, máquinas de café, etc.), bem como de curto prazo. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas excluíram os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

- Políticas contábeis e premissas para o reconhecimento

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

- Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia apurou e reconheceu o montante de R\$2.579 a título de ativos de direito de uso e R\$32.450 no Consolidado registrados em contrapartida ao passivo de arrendamento, em 1º de janeiro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconheceram despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$597 (R\$3.351 no Consolidado) de depreciação e R\$195 (R\$4.734 no Consolidado) de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso e do passivo de arrendamento estão demonstradas nas notas explicativas nº 12 e nº 21, respectivamente.

#### 4.1.2. ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia e suas controladas avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e suas controladas, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco, adicionalmente a adoção não causou impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### 4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	204	589	-	-	67.982	83.385
Operações compromissadas - NTN	-	95,00%	-	203.351	-	94,71%	-	253.836
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	90,00%	90,00%	320.891	2.161.923
Operações compromissadas	94,57%	95,00%	38.976	27.934	95,00%	95,00%	38.976	27.934
Fundos de investimento	-	-	-	-	98,20%	91,48%	568.626	406.900
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	294	4	20,00%	20,00%	28.729	41.445
<b>Total</b>			<b>39.474</b>	<b>231.878</b>			<b>1.025.204</b>	<b>2.975.423</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

## 5. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Descrição da carteira</b>				
Operações compromissadas em LTN	406.689	-	1.368.202	-
Títulos públicos federais	533.722	558.613	1.349.326	558.613
Títulos privados	42.725	-	146.918	-
Valores a pagar/receber	-	(23)	-	(23)
Outros	(33)	1	(98)	1
Outros cotistas	-	(44.835)	-	(44.835)
<b>Total</b>	<b>983.103</b>	<b>513.756</b>	<b>2.864.348</b>	<b>513.756</b>

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se aos fundos exclusivos FI – Energia e a STA Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

## 6. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de investimento	98,00%	85,00%	104.963	100.772
Operações compromissadas	-	99,64%	-	10.199
			104.963	110.971
Circulante			4.470	105.979
Não Circulante			100.493	4.992

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

## 7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado					31/12/2019	31/12/2018
	A vencer		A vencer	Vencidos					
	31/12/2019	31/12/2018		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
<b>Sistema de transmissão de energia</b>									
Encargos de uso da transmissão faturados	-	-	125.794	1.353	577	2.906	11.740	142.370	124.078
	-	-	125.794	1.353	577	2.906	11.740	142.370	124.078
<b>Sistema de geração de energia</b>									
Contrato bilateral - ambiente regulado	-	7.612	35.174	-	-	-	-	35.174	38.649
Contrato bilateral - ambiente livre	35.834	4.035	66.739	4.578	9.306	-	-	80.623	27.255
MRE e Spot (energia de curto prazo)	15.814	37.325	100.619	-	-	-	-	100.619	146.495
	51.648	48.972	202.532	4.578	9.306	-	-	216.416	212.399
	<b>51.648</b>	<b>48.972</b>	<b>328.326</b>	<b>5.931</b>	<b>9.883</b>	<b>2.906</b>	<b>11.740</b>	<b>358.786</b>	<b>336.477</b>
Circulante	51.648	48.972						346.258	324.347
Não circulante	-	-						12.528	12.130

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$599 foi adquirida na combinação de negócios da AETE. Não foi constituída uma provisão para os demais recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).



**8. Imposto de renda e contribuição social e Outros tributos compensáveis**

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	37.648	-	78.441	37.890
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	33	1.928	8.390
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	437	37.757	20.067	44.888
<b>Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>	<b>38.085</b>	<b>37.790</b>	<b>100.436</b>	<b>91.168</b>
Programa de Integração Social - PIS	81	-	1.124	129
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24	-	3.594	821
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	31.674	13.980
Outros	-	-	4.096	4.731
<b>Total de Outros tributos compensáveis</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>40.488</b>	<b>19.661</b>
Circulante	38.190	37.790	134.963	78.657
Não circulante	-	-	5.961	32.172

**9. Ativo contratual da concessão**

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.531.458</b>	<b>4.323.510</b>
Ajuste da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	-	866.027
Receita de operação e manutenção	461.143	177.124
Remuneração do ativo de concessão	432.406	933.938
Receita de infraestrutura	3.393.000	387.121
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios	1.356.493	9.336
Realização do ativo contratual de concessão	(1.215.346)	(1.165.598)
<b>Saldo final</b>	<b>9.959.154</b>	<b>5.531.458</b>
Circulante	951.888	906.633
Não circulante	9.007.266	4.624.825

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 01/2020, demonstramos a seguir a movimentação do ativo de concessão (financeiro e contratual) com os impactos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15:

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado
<b>Saldo inicial em 31/12/2017 - Financeiro</b>	<b>4.323.510</b>
Receita de operação e manutenção	120.855
Remuneração do ativo de concessão	995.738
Receita de infraestrutura	246.743
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios	9.336
Realização do ativo contratual de concessão	(1.146.758)
<b>Saldo final em 31/12/2018 - Financeiro</b>	<b>4.549.424</b>
<b>Impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15</b>	
Efeito da alocação da margem de O&M	56.269
Efeito da alteração na taxa de remuneração	(61.800)
Efeito da alocação da margem de construção	140.378
Efeito de outros ajustes	(18.840)
Efeito dos itens acima de anos anteriores nos lucros acumulados	866.027
<b>Saldo final em 31/12/2018 - Contratual</b>	<b>5.531.458</b>

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão das controladas e controlada em conjunto da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565 de 25 de junho de 2019, com vigência a partir de julho de 2019, está sendo realizada conforme segue:

Controladas:	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT <sup>(e)</sup> (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RMEL <sup>(f)</sup>	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RPEC <sup>(c)</sup>	RCDM <sup>(d)</sup>			
EATE	236.879	7.671	21	-	-	-	-	244.571	(9.496)	235.075
ENTE	204.010	17	11	-	-	-	-	204.038	(9.026)	195.012
STN	202.152	1.503	-	-	-	-	-	203.655	(7.516)	196.139
ETEP	55.001	15	127	-	-	-	-	55.143	(1.996)	53.147
ECTE	53.313	10	29	-	-	-	-	53.352	(1.838)	51.514
ERTE	26.913	12.065	-	-	-	-	-	38.978	(1.998)	36.980
EBTE	39.336	3.786	8	2.585	-	411	-	46.126	(1.609)	44.517
STC	29.882	2.224	-	8.127	2.433	365	4.315	47.346	(1.478)	45.868
Transleste	45.794	-	-	-	-	-	-	45.794	(1.484)	44.310
Transirapé	19.543	8.703	-	4.452	3.152	363	962	37.175	(1.221)	35.954
Lumitrans	29.874	36	-	-	-	-	-	29.910	(1.038)	28.872
Transudeste	28.384	-	-	-	-	-	-	28.384	(938)	27.446
ETSE	15.739	77	-	2.413	1.859	1.002	-	21.090	(792)	20.298
ETES	8.673	97	-	-	4.388	-	2.019	15.177	(501)	14.676
ESDE	9.071	-	2	4.038	-	987	-	14.098	(1.956)	12.142
ETAP	56.263	-	-	-	-	-	-	56.263	(297)	55.966
TME	46.898	7.006	32	-	-	-	-	53.936	(1.907)	52.029
ETC	32.661	-	-	-	-	-	-	32.661	-	32.661
ETEM	13.447	-	54	-	-	-	-	13.501	(481)	13.020
ETVG	1.333	204	-	2.791	5.903	487	832	11.550	(53)	11.497
AETE	53.222	-	22	-	-	-	-	53.244	(1.938)	51.306
<b>Total</b>	<b>1.208.388</b>	<b>43.414</b>	<b>306</b>	<b>24.406</b>	<b>17.735</b>	<b>3.615</b>	<b>8.128</b>	<b>1.305.992</b>	<b>(47.563)</b>	<b>1.258.429</b>

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

**10. Investimentos em controladas e controladas em conjunto e Provisão para passivo a descoberto**

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2018	Adições (baixas)	Aquisição de controladas	Compra (venda) de participação de não controladores	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Ganho (perda) em transações entre sócios	Distribuição de Dividendos	Saldo em 31/12/2019
<b>Controladas:</b>									
ACE	(1.065)	1.100	-	-	-	(12)	-	-	23
AF	(1.477)	530	-	-	-	1.736	-	-	789
Água Limpa	7.467	430	-	-	-	(19)	-	-	7.878
Alupar Colômbia	40.034	3.154	-	-	1.194	1.998	-	-	46.380
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Peru	69.005	35.829	-	-	12.207	(20.977)	-	-	96.064
Apaete	-	35.469	-	-	-	871	613	(726)	36.227
EAP I	-	1	-	-	-	(43)	-	-	(42)
EAP II	-	1	-	-	-	(43)	-	-	(42)
EATE	484.662	-	-	-	-	175.244	-	(169.364)	490.542
ECTE	104.056	-	-	-	-	24.070	-	(22.025)	106.101
ELTE	457	15.457	-	-	-	(835)	-	-	15.079
ENTE	245.119	-	-	-	-	104.837	-	(78.644)	271.312
ERTE	37.347	-	-	-	-	9.363	-	(11.446)	35.264
ETAP	80.538	-	-	-	-	144.469	-	(36.117)	188.890
ETC	25.740	-	-	-	-	70.221	-	(17.459)	78.502
ETEM	60.800	-	-	-	-	(4.951)	-	-	55.849
ETEP	131.088	-	-	-	-	37.383	-	(22.728)	145.743
ETES	87.541	-	-	-	-	(17.919)	-	(15.677)	53.945
ETVG	73.289	-	-	-	-	889	-	(9.407)	64.771
Ferreira Gomes	880.629	-	-	-	-	14.256	-	(2.525)	892.360
Foz	146.173	-	-	-	-	19.230	-	(4.842)	160.561
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	270.385	-	-	-	-	19.241	-	(4.570)	285.056
La Virgen (*)	21.516	-	-	-	894	(440)	-	-	21.970
Lavrinhas	98.669	-	-	-	-	10.951	-	(10.431)	99.189
Lumitrans	16.171	-	-	-	-	3.886	-	(4.150)	15.907
Queluz	127.984	-	-	-	-	12.968	-	(12.701)	128.251
Risaralda	51	-	-	-	3	9	-	-	63
STC	41.624	-	-	-	-	9.107	-	(6.000)	44.731
STN	207.183	-	-	-	-	38.994	-	(15.518)	230.659
TCC	13.802	-	-	-	-	88.116	-	(21.474)	80.444
TPE	19.850	-	-	-	-	124.648	-	(30.396)	114.102
Transminas	80.394	-	-	-	-	25.283	-	(17.296)	88.381
Transmissoras Reunidas	-	16	-	-	-	(18)	-	-	(2)
TSM	12.405	7.140	-	-	-	11.038	-	(2.622)	27.961
Verde 8	94.708	-	-	-	-	(5.347)	-	(2.994)	86.367
Windepar	143.607	(10)	-	-	-	(9.798)	-	-	133.799
TME	-	-	307.199	(85.216)	-	3.587	(28.857)	(2.003)	194.710
ETB (**)	-	-	122.072	1.338	-	(2.666)	-	(13.347)	107.397
Subtotal	3.617.683	99.117	429.271	(83.878)	14.298	889.327	(28.244)	(534.462)	4.403.112
<b>Controladas em conjunto</b>									
TME	142.278	-	(148.566)	-	-	6.288	-	-	-
TNE	144.673	-	-	-	-	(7.715)	-	-	136.958
ETB	56.277	-	(115.098)	-	-	58.821	-	-	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>343.228</b>	<b>-</b>	<b>(263.664)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.394</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>136.958</b>
<b>Total Controladora</b>	<b>3.960.911</b>	<b>99.117</b>	<b>165.607</b>	<b>(83.878)</b>	<b>14.298</b>	<b>946.721</b>	<b>(28.244)</b>	<b>(534.462)</b>	<b>4.540.070</b>

(\*) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

(\*\*) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2017	Ajuste de exercícios anteriores - CPC 47	Adições / Baixas	Compra (venda) de participação de não controladores	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
<b>Controladas:</b>								
ACE	(1.056)	-	-	-	-	-	(9)	(1.065)
AF	(6.311)	-	6.796	-	-	-	(1.962)	(1.477)
Agua Limpa	(26)	-	7.507	-	-	-	(14)	7.467
Alupar Colômbia	20.354	-	22.875	-	3.557	-	(6.752)	40.034
Alupar Chile	(1.523)	-	-	-	-	-	2	(1.521)
Alupar Peru	70.326	-	15.745	-	8.433	-	(25.499)	69.005
EATE	368.926	83.426	-	-	-	(85.951)	118.261	484.662
ECTE	77.391	10.136	-	-	-	(5.509)	22.038	104.056
ELTE	2.522	(1.243)	-	-	-	-	(822)	457
ENTE	208.097	48.424	-	-	-	(69.817)	58.415	245.119
ERTE	35.451	9.162	(6.588)	-	-	(7.182)	6.504	37.347
ETAP	839	6.618	10.476	-	-	-	62.605	80.538
ETC	546	2.127	6.146	-	-	-	16.921	25.740
ETEM	48.802	7.595	-	-	-	(1.109)	5.512	60.800
ETEP	84.283	36.560	-	-	-	(18.544)	28.789	131.088
ETES	64.470	26.141	-	-	-	(11.723)	8.653	87.541
ETVG	51.238	17.590	-	-	-	(3.040)	7.501	73.289
Ferreira Gomes	842.277	-	16.000	-	-	(5.175)	27.527	880.629
Foz	135.491	-	-	377	-	(3.328)	13.633	146.173
GET	(393)	-	-	-	-	-	(155)	(548)
Ijuí	265.319	-	-	-	-	(9.257)	14.323	270.385
La Virgen (*)	20.818	-	-	-	1.777	-	(1.079)	21.516
Lavrinhas	104.857	-	-	-	-	(11.120)	4.932	98.669
Lumitrans	16.870	-	(1.500)	-	-	(2.438)	3.239	16.171
Queluz	134.012	-	-	-	-	(11.638)	5.610	127.984
Risaralda	61	-	-	-	5	-	(15)	51
STC	49.454	(3.269)	(4.000)	-	-	(5.915)	5.354	41.624
STN	217.958	(22.877)	-	-	-	(35.309)	47.411	207.183
TCC	6.112	228	5.737	-	-	-	1.725	13.802
TPE	8.837	692	7.650	-	-	-	2.671	19.850
Transminas	78.227	(7.122)	-	-	-	(8.928)	18.217	80.394
TSM	16	42	12.052	-	-	-	295	12.405
Verde 8	77.612	-	13.872	-	-	(998)	4.222	94.708
Windepar	150.761	-	-	-	-	-	(7.154)	143.607
Subtotal	3.132.618	214.230	112.768	377	13.772	- 296.981	440.899	3.617.683
<b>Controladas em conjunto</b>								
TME	98.560	30.238	-	-	-	(3.269)	16.749	142.278
TNE	154.439	(11.007)	-	-	-	-	1.241	144.673
ETB (**)	-	-	53.797	-	-	-	2.480	56.277
<b>Total Consolidado</b>	<b>252.999</b>	<b>19.231</b>	<b>53.797</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 3.269</b>	<b>20.470</b>	<b>343.228</b>
<b>Total Controladora</b>	<b>3.385.617</b>	<b>233.461</b>	<b>166.565</b>	<b>377</b>	<b>13.772</b>	<b>(300.250)</b>	<b>461.369</b>	<b>3.960.911</b>

(\*) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

(\*\*) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$6.681.

As informações resumidas das controlas e controlada em conjunto constam na tabela a seguir:

Empresa	Dados das controladas				31/12/2019			31/12/2018		
	31/12/2019				Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)		Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		Votante	Total		Votante	Total
<b><u>Controladas:</u></b>										
ACE	22	(1)	23	(11)	3.420.644	100,00	100,00	2.320.644	100,00	100,00
AF Energia	2.393	1.604	789	1.735	7.370.000	100,00	100,00	6.840.000	100,00	100,00
Água Limpa	7.898	19	7.879	(15)	7.947.090	99,99	99,99	7.517.090	99,99	99,99
Alupar Chile	1.329	2.850	(1.521)	-	5.000.000	100,00	100,00	5.000.000	100,00	100,00
Alupar Colombia	50.522	4.141	46.381	1.970	55.801.860.000	100,00	100,00	53.252.760.000	100,00	100,00
Alupar Peru	394.542	298.479	96.063	(20.977)	152.231.612	100,00	100,00	118.741.612	100,00	100,00
APAETE	168.822	18.176	150.646	11.996	71.497.851	51,00	25,50	71.497.851	51,00	25,50
EAP I	8	49	(41)	(42)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP II	8	49	(41)	(42)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EATE	1.904.584	923.845	980.738	350.363	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	454.708	242.600	212.108	48.119	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ELTE	16.521	1.446	15.075	(838)	15.467.000	100,00	100,00	10.000	99,99	99,99
ENTE	860.618	318.110	542.506	209.625	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	194.735	34.153	160.582	42.633	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETAP	574.757	385.866	188.891	144.469	10.481.000	100,00	100,00	10.481.000	100,00	100,00
ETC	274.206	195.701	78.505	70.223	6.151.000	100,00	100,00	6.151.000	100,00	100,00
ETEM	145.977	57.034	88.943	(7.885)	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	455.115	163.717	291.398	74.745	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
ETES	128.685	74.738	53.947	(17.918)	29.064.000	100,00	100,00	29.064.000	100,00	100,00
ETVG	131.616	66.846	64.769	888	34.847.722	100,00	100,00	34.847.722	100,00	100,00
Ferreira Gomes	1.557.123	665.491	891.632	13.301	807.080.529	100,00	100,00	807.080.529	100,00	100,00
Foz	368.156	138.236	229.920	27.021	67.717.178	100,00	69,83	67.717.178	100,00	69,83
GET	30	1.104	(1.074)	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Ijuí	451.084	122.143	328.941	22.201	273.064.862	100,00	86,66	273.064.862	100,00	86,66
La Virgen	789.819	503.446	286.373	(7.978)	255.585.903	5,52	5,52	255.585.903	5,52	5,52
Lavrinhas	307.358	144.744	162.614	17.953	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	119.812	13.753	106.060	25.917	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	359.088	172.758	186.330	18.840	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
Risaralda	183.276	166.481	16.795	1.571	29.093	0,34	0,34	29.093	0,34	0,34
STC	251.630	27.977	223.653	45.534	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	739.215	286.943	452.272	76.456	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	1.057.708	899.976	157.732	172.775	22.728.926	51,00	51,00	22.728.926	51,00	51,00
TPE	1.641.713	1.417.984	223.729	244.407	31.553.107	51,00	51,00	31.553.107	51,00	51,00
Transminas	134.828	8.602	126.226	36.110	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
Transmissoras Reunidas	-	3	(3)	(19)	25.780	100,00	100,00	10.000	99,99	99,99
TSM	614.259	559.430	54.829	21.646	37.631.994	51,00	51,00	23.631.994	51,00	51,00
Verde 8	292.987	191.369	101.618	(6.289)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
Windepar	345.055	211.260	133.795	(9.802)	164.832.956	100,00	100,00	164.832.956	100,00	100,00
TME	614.224	288.165	326.058	6.021	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	46,00	46,00
ETB	1.051.206	895.378	155.828	(5.242)	222.958	51,00	51,00	222.958	50,00	50,00
<b><u>Controlada em conjunto:</u></b>										
TNE	277.567	9.083	268.484	(15.128)	298.705.100	51,00	51,00	298.705.100	51,00	51,00

**a) TNE – Transnorte Energia S.A.**

A TNE é uma SPE formada pela parceria entre Alupar (51%) e Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 kV, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Devido aos problemas no licenciamento ambiental, a coligada protocolou na ANEEL, em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI no que tange o componente indígena.

Em 19 de dezembro de 2016, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.265, refletindo a decisão de sua diretoria, tomada na reunião realizada em 13 de dezembro de 2016, que trata da rescisão amigável ao contrato de concessão da TNE, com recomendação para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Em 13 de setembro de 2017, a TNE protocolou, perante a Justiça Federal o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL, Processo nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em decorrência da inviabilidade, da implantação do empreendimento.

Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia (MME), após receber e analisar os autos do processo, em 22 de fevereiro de 2018, encaminhou à ANEEL o Ofício nº 66/2018/SPE-MME pelo qual não acatou a recomendação do Despacho nº 3.265/2016 e devolveu à ANEEL o processo para reavaliação.

Em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Os trabalhos previstos em tal estudo foram realizados entre outubro/2018 e abril/2019, sendo o documento final protocolado no IBAMA, juntamente da solicitação de Licença de Instalação, em junho de 2019. No momento, o IBAMA está aguardando manifestação dos indígenas e da FUNAI quanto ao PBA-CI protocolado, para dar sequência ao processo de análise de Licença de Instalação para o empreendimento.

Em 10 de setembro de 2019, por meio da 33ª Reunião de Diretoria ANEEL, o colegiado decidiu: (i) autorizar a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático de Reativos - CER da SE Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital, totalizando RAP de R\$275.561, atualizado até 31 de outubro de 2019; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 meses, a ser contado a partir da assinatura de Termo de Aditivo Contratual; e (iii) convocar a contratada para, até 31 de outubro de 2019, assinar o aditivo. A presente decisão encontra-se disposta no Despacho ANEEL nº 2.502/2019.

Em 23 de setembro de 2019, considerando que a proposta de reequilíbrio econômico financeiro ao Contrato de Concessão apresentada pela ANEEL se mostrou deficitária, uma vez que dentre os pedidos efetuados pela Companhia, a recomposição do prazo de término da concessão, dentre outros itens, não foi concedida, a TNE apresentou à Agência o recurso de pedido de reconsideração ao Despacho ANEEL Nº 2.502/2019. Em 31 de outubro de 2019, foi publicado no DOU, o Despacho ANEEL nº 2951/2019, dando provimento parcial ao pedido de reconsideração da TNE, suspendendo a convocação da TNE para assinatura do Termo Aditivo, originalmente previsto para até 31 de outubro de 2019, até que o referido recurso seja julgado pela diretoria colegiada da Agência. Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida total do Empreendimento.

Na opinião dos assessores legais da Companhia, as probabilidades de êxito na devolução da concessão e no recurso do Despacho ANEEL nº 2951/2019, são possíveis.

Diante das incertezas relacionadas ao desfecho dos processos acima referidos, a TNE e a Companhia não reconheceram em suas demonstrações contábeis qualquer montante relacionado ao ganho ou perda em relação ao requerimento de rescisão judicial do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL que está em andamento.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 a TNE e a Companhia não reconheceram qualquer provisão para perda na rubrica de ativo imobilizado em curso pois entendem que os valores contábeis estão registrados no valor provável de realização.

**b) Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE**

A ELTE é um projeto para exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica através das subestações Domênico Rangoni 345/138 kV e Manoel da Nóbrega 230/88kV, contemplando ainda 40 km de linha de transmissão. O empreendimento será conectado ao Sistema Interligado Nacional e irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente).

Este projeto possui um deslocamento justificável no cronograma, no que tange o licenciamento ambiental. Embora a ELTE venha envidando seus melhores esforços para à obtenção das Licenças Ambientais junto ao órgão ambiental do Estado de São Paulo – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”), o processo de licenciamento ambiental tem se prolongado por questões não gerenciáveis por parte da ELTE, resultando no deslocamento do cronograma previsto originalmente no Contrato de Concessão nº 016/2014.

A emissão da Licença Prévia (“LP”) da subestação Domênico Rangoni 345/138 kV e suas respectivas linhas de transmissão estava prevista para outubro de 2015, porém, devido a manifestação desfavorável do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo Plano de Zoneamento Aeroportuário da Base Aérea de Santos, e manifestação desfavorável da Fundação Florestal, responsável pelo Parque Estadual da Serra do Mar, a CETESB indeferiu o pedido de Licença Prévia deste trecho, e, conseqüentemente, arquivou, de forma oficial, o processo, pela inviabilidade ambiental dessa parte do empreendimento. Adicionalmente, a emissão da Licença Prévia da subestação Manoel da Nóbrega 230/88 kV, e sua respectiva linha de transmissão, também prevista para outubro de 2015, foi emitida apenas em março de 2017.

Dada a impossibilidade de execução do empreendimento por inviabilidade ambiental, a ELTE protocolou, em 16 de novembro de 2018, junto à ANEEL, o pedido de rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 016/2014. Em 8 de março de 2019, a ANEEL propôs à ELTE a redução de escopo do Contrato de Concessão em 48%, excluindo o trecho inviabilizado (Domênico Rangoni) e conseqüentemente o reequilíbrio econômico financeiro ao contrato de concessão. A ELTE manifestou concordância à proposta apresentada e aguarda a disponibilização, pela ANEEL, do termo aditivo ao contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2019 e até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a ELTE aguardava o recebimento do aditivo do contrato de concessão.

**c) Empresa de Transmissão de Energia Agreste Potiguar S.A. - ETAP**

Em 6 de abril de 2019, a ETAP obteve autorização para início de operação comercial, antecipando em nove meses sua energização, em relação à prevista no cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A ETAP foi responsável por implementar o lote I da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015, realizado em abril de 2016, composto pelas seguintes instalações: 1) Linha de Transmissão de 230 kV João Câmara II - João Câmara III e 2) Subestação de 500 kV João Câmara III - 500/230 kV (9+1Res) x 300 MVA.

**d) Empresa Transmissora Capixaba - ETC**

Em 23 de setembro de 2019, a ETC obteve autorização para início de operação comercial. A ETC foi responsável por implementar o lote T da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015, realizado em abril de 2016, composto pela Subestação Rio Novo do Sul - 345/138 kV (6+1Res) x 133 MVA. A implantação dessa Subestação, visa o reforço e a segurança elétrica da região sul do Estado do Espírito Santo.



**e) Leilão Eletrobrás nº 01/2018 – Lote M**

A Companhia em 27 de setembro de 2018, sagrou-se vencedora do Lote M do Leilão Eletrobrás nº 01/2018, para alienação das participações societárias da Eletrobrás e controladas em Sociedades de Propósito Específico (SPE) de projetos em operação, reunidas em 18 lotes.

O Lote M era composto pela alienação de: (i) 24,50% da participação societária detida pela Eletrobrás na Transirapé; (ii) 24,00% da participação societária detida pela Eletrobrás na Transleste; e (iii) 25,00% da participação societária detida pela Eletrobrás na Transudeste (em conjunto “Transmineiras”), empresas estas que a Alupar também já é acionista indireta por meio da Transminas. O lance vencedor para as três empresas, apresentado pela Companhia, foi correspondente ao valor mínimo do lote de R\$78.376, entretanto, as ações, negociadas no lote M, no qual a Alupar sagrou-se vencedora, foram transferidas integralmente à TAESA por conta de interpretação feita por esta última em conjunto com a Eletrobrás, em relação ao direito de preferência, previsto em Acordos de Acionistas entre elas. Por conta de interpretação diversa, a controlada Transminas, ingressou com medida judicial. Em 5 de dezembro de 2019 a controlada Transminas renunciou a medida judicial referente a aquisição do Lote M, com a assinatura do instrumento particular de transação eqQuitação geral com a TAESA, com o objetivo de encerrar e extinguir o processo judicial.

**11. Participação dos acionistas não controladores**

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	31/12/2019			
	Participação dos não controladores (%)	Patrimônio líquido	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores
<b>Controladas:</b>				
Transminas	29,98	126.226	37.845	10.827
EATE	49,98	980.738	490.162	170.077
ENTE	49,99	542.506	271.193	104.789
ECTE	49,98	212.108	106.007	24.049
ERTE	21,95	160.582	35.248	9.358
ETEP	49,98	291.398	145.654	37.361
STN	49,00	452.272	221.613	37.463
EBTE	49,00	281.994	138.177	16.909
EDTE	49,90	144.848	72.279	51.603
Lumitrans	5,00	106.060	5.303	1.296
Ijuí	13,34	328.941	43.887	2.962
Foz	30,17	229.920	69.358	8.151
Lavrinhas	39,00	162.614	63.419	7.002
Queluz	31,17	186.330	58.079	5.872
ETEM	37,21	88.943	33.095	(2.934)
GET	49,00	(1.074)	(526)	-
Risaralda	0,03	16.795	6	1
Verde 08	15,00	101.618	15.243	(943)
La Virgen	15,42	286.373	44.168	(1.230)
TPE	49,00	223.729	109.627	119.759
TCC	49,00	157.732	77.289	84.660
TSM	49,00	54.829	26.866	10.607
Apaete	74,50	150.646	112.231	8.937
AETE	13,25	199.476	31.276	1.068
Transleste	49,00	66.418	32.545	13.195
Transudeste	49,00	52.637	25.792	11.166
Transirapé	49,00	132.810	65.077	17.967
TME	40,00	326.058	130.607	3.710
ETB	49,00	155.828	76.356	(2.569)
		<b>6.219.355</b>	<b>2.537.876</b>	<b>751.113</b>



No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreu um aumento de capital no montante total de R\$139.095 na Apaete, sendo que deste montante, R\$103.582 foi integralizado por acionistas não controladores. Houve também aumento de capital no montante total de R\$14.000 na TSM, sendo que deste montante R\$6.860 foi aportado por acionistas não controladores.

A variação na participação dos acionistas não controladores no montante de R\$159.857 refere-se à participação indireta das empresas: Transleste, Transirapé, Transudeste, STC e ERTE; e a venda de participação de 35% da TME.

## 12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Imobilizado adquirido em combinação de negócios	31/12/2019
<b>Em serviço</b>								
<b>Custo histórico</b>								
Terrenos	87.521	2.066	(1.645)	-	120	-	-	88.062
Reservatórios, barragens e adutoras	1.540.083	68	-	37.455	-	-	-	1.577.606
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.527	261	-	8.018	3.679	281	232	478.998
Máquinas e equipamentos	1.761.123	14.163	(22)	82.152	1.342	5	1	1.858.764
Veículos	3.195	15	(49)	-	39	-	25	3.225
Móveis e utensílios	7.312	447	(33)	48	59	-	10	7.843
Direito de uso sobre arrendamentos	-	34.327	-	-	-	-	-	34.327
<b>Total</b>	<b>3.865.761</b>	<b>51.347</b>	<b>(1.749)</b>	<b>127.673</b>	<b>5.239</b>	<b>286</b>	<b>268</b>	<b>4.048.825</b>
<b>Depreciação</b>								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04%	(170.895)	(34.151)	-	-	-	-	(205.046)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,19%	(49.733)	(10.850)	-	-	(105)	-	(60.688)
Máquinas e equipamentos	3,10%	(246.353)	(58.474)	39	-	(111)	(2)	(304.901)
Veículos	11,74%	(1.477)	(175)	-	-	(5)	(92)	(1.749)
Móveis e utensílios	11,07%	(3.274)	(593)	30	-	(33)	(135)	(4.005)
Direito de uso sobre arrendamentos	-	(3.353)	-	-	-	-	-	(3.353)
<b>Total depreciação</b>		<b>(471.732)</b>	<b>(107.596)</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>(254)</b>	<b>(229)</b>	<b>(579.742)</b>
<b>Total em serviço</b>		<b>3.394.029</b>	<b>(56.249)</b>	<b>(1.680)</b>	<b>127.673</b>	<b>4.985</b>	<b>57</b>	<b>3.469.083</b>
<b>Em curso</b>								
	889.453	163.923	(1.081)	(127.673)	32.321	-	-	956.943
<b>Total imobilizado</b>	<b>4.283.482</b>	<b>107.674</b>	<b>(2.761)</b>	<b>-</b>	<b>37.306</b>	<b>57</b>	<b>268</b>	<b>4.426.026</b>

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2018
<b>Em serviço</b>								
<b>Custo histórico</b>								
Terrenos	66.384	4.262	-	17.064	-	(189)	-	87.521
Reservatórios, barragens e adutoras	1.402.605	322	(5.017)	142.173	-	-	-	1.540.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	432.164	305	(1)	25.416	-	8.643	-	466.527
Máquinas e equipamentos	1.676.932	3.741	(931)	78.095	-	3.286	-	1.761.123
Veículos	2.546	316	(154)	-	-	487	-	3.195
Móveis e utensílios	6.596	155	-	84	-	477	-	7.312
<b>Total</b>	<b>3.587.227</b>	<b>9.101</b>	<b>(6.103)</b>	<b>262.832</b>	<b>-</b>	<b>12.704</b>	<b>-</b>	<b>3.865.761</b>
<b>Depreciação</b>								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04%	(139.433)	(31.788)	326	-	-	-	(170.895)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,19%	(40.052)	(9.537)	-	-	(144)	-	(49.733)
Máquinas e equipamentos	3,10%	(191.455)	(54.719)	67	-	(246)	-	(246.353)
Veículos	11,74%	(1.235)	(309)	95	-	(28)	-	(1.477)
Móveis e utensílios	11,07%	(2.609)	(696)	7	-	24	-	(3.274)
<b>Total depreciação</b>		<b>(374.784)</b>	<b>(97.049)</b>	<b>495</b>	<b>-</b>	<b>(394)</b>	<b>-</b>	<b>(471.732)</b>
<b>Total em serviço</b>		<b>3.212.443</b>	<b>(87.948)</b>	<b>(5.608)</b>	<b>262.832</b>	<b>12.310</b>	<b>-</b>	<b>3.394.029</b>
<b>Em curso</b>								
	813.067	288.443	(3.309)	(262.832)	3.972	50.112	-	889.453
<b>Total imobilizado</b>	<b>4.025.510</b>	<b>200.495</b>	<b>(8.917)</b>	<b>-</b>	<b>3.972</b>	<b>62.422</b>	<b>-</b>	<b>4.283.482</b>

- a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas La Virgen (R\$739.889), TCE (R\$79.493), parques eólicos (R\$16.775) e Água Limpa (R\$7.825).

## b) Capitalização de encargos

As controladas em fase pré-operacional capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2019 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$6.288 (R\$11.916 em 31 de dezembro de 2018). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e nº 20.

## c) A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

## d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

**13. Intangível**

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2018	Adições	Baixas	Outros	31/12/2019

**Custo**

Outros intangíveis de concessão	813	-	-	-	813
Direito de exploração	14.838	-	-	(6.682)	8.156
	<b>15.651</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.682)</b>	<b>8.969</b>

**Amortização**

Outros intangíveis de concessão	20,00%	(629)	(47)	-	-	(676)
Direito de exploração	3,33%	(2.383)	(360)	-	-	(2.743)
		<b>(3.012)</b>	<b>(407)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.419)</b>

**Projetos em desenvolvimento**

	66.792	1	(649)	-	66.144
--	--------	---	-------	---	--------

**Total intangível**

	<b>79.431</b>	<b>(406)</b>	<b>(649)</b>	<b>(6.682)</b>	<b>71.694</b>
--	---------------	--------------	--------------	----------------	---------------

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Outros	31/12/2018

**Custo**

Outros intangíveis de concessão	761	52	-	-	813
Direito de exploração	8.157	6.681	-	-	14.838
	<b>8.918</b>	<b>6.733</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.651</b>

**Amortização**

Outros intangíveis de concessão	24,13%	(591)	(38)	-	-	(629)
Direito de exploração	3,60%	(2.019)	(364)	-	-	(2.383)
		<b>(2.610)</b>	<b>(402)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.012)</b>

**Projetos em desenvolvimento**

	78.299	(124)	(10.404)	(979)	66.792
--	--------	-------	----------	-------	--------

**Total intangível**

	<b>84.607</b>	<b>6.207</b>	<b>(10.404)</b>	<b>(979)</b>	<b>79.431</b>
--	---------------	--------------	-----------------	--------------	---------------

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2018	Adições	Baixas	Ganho e perda na tradução de balanços	Intangível adquirido em combinação de negócios	Outros	31/12/2019
	24.512	15.497	(709)	232	-	(1)	39.531
	16.348	-	-	-	-	-	16.348
	66.373	-	(19)	-	21.727	-	88.081
	107.233	15.497	(728)	232	21.727	(1)	143.960
25,86%	(12.683)	(1.749)	709	(58)	-	89	(13.692)
3,18%	(3.839)	(523)	-	-	-	-	(4.362)
3,60%	(13.668)	(2.106)	-	-	-	-	(15.774)
	(30.190)	(4.378)	709	(58)	-	89	(33.828)
	71.168	3.518	(648)	-	-	2	74.040
	148.211	14.637	(667)	174	21.727	90	184.172

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2018
	18.843	5.005	-	67	597	-	24.512
	16.348	-	-	-	-	-	16.348
	57.125	1.444	-	-	-	7.804	66.373
	92.316	6.449	-	67	597	7.804	107.233
24,29%	(10.197)	(2.239)	-	-	(247)	-	(12.683)
3,18%	(3.317)	(522)	-	-	-	-	(3.839)
4,06%	(10.784)	(2.884)	-	-	-	-	(13.668)
	(24.298)	(5.645)	-	-	(247)	-	(30.190)
	80.448	2.086	(10.404)	(67)	-	(895)	71.168
	148.466	2.890	(10.404)	-	350	6.909	148.211

## a) Intangível direito de exploração decorrente da concessão e autorização

Os direitos de exploração da concessão/autorização gerados na aquisição de ações estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Custo</b>							
Queluz	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	6.681	28.400	6.680
La Virgen	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (**)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (**)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (**)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.924
EDV X (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transirapé (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (***)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.781
Outros	-	-	-	246	247	255	247
				8.156	14.838	88.081	66.373
<b>Amortização</b>							
Queluz				(971)	(791)	(971)	(791)
Lavrinhas				(1.772)	(1.592)	(1.772)	(1.592)
EDV I (**)				-	-	(360)	(264)
EDV II (**)				-	-	(217)	(158)
EDV III (**)				-	-	(348)	(262)
EDV IV (**)				-	-	(470)	(344)
EDV X (**)				-	-	(289)	(212)
STC (*)				-	-	(3.486)	(3.177)
Lumitrans (*)				-	-	(4.503)	(4.103)
Transleste (*)				-	-	(1.157)	(695)
Transudeste (*)				-	-	(830)	(969)
Transirapé (*)				-	-	(1.264)	(1.059)
EDTE (***)				-	-	(107)	(42)
				(2.743)	(2.383)	(15.774)	(13.668)
<b>Total líquido</b>				<b>5.413</b>	<b>12.455</b>	<b>72.307</b>	<b>52.705</b>

(\*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada EATE. (\*\*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada Windepar. (\*\*\*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada ENTE.

## b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

## c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

## d) Análise de impairment

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

**14. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	2.414	2.291
Suprimento de energia elétrica (a)	10.571	26.451	147.059	112.810
Materiais e serviços	31.174	10.274	251.897	163.141
Partes relacionadas	36.120	17.261	-	12.000
Outros	1	-	-	2.950
<b>Total</b>	<b>77.866</b>	<b>53.986</b>	<b>401.370</b>	<b>293.192</b>

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, com exceção do item (a), possuem em média três meses para serem pagos, em 2019 e 2018.

- (a) Do montante em aberto em 31 de dezembro de 2019, R\$108.381 (R\$68.176 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a valores a pagar relacionados ao fornecedor GSF (Generation Scaling Factor), do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, cujo pagamento está suspenso em função de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**15. Provisões para gastos ambientais**

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Movimentação da provisão para gastos ambientais	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>24.134</b>	<b>15.962</b>
Realização	(4.364)	(3.220)
Baixas	(20)	(30)
Adições	201	10.670
Atualização	721	752
<b>Saldo final</b>	<b>20.672</b>	<b>24.134</b>
Circulante	19.938	23.400
Não circulante	734	734

**16. Provisões de constituição dos ativos**

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

Movimentação da provisão para constituição de ativos	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>86.019</b>	<b>45.554</b>
Realização	(72.145)	(10.681)
Baixas	(3.225)	-
Adições	69.622	51.146
<b>Saldo final</b>	<b>80.271</b>	<b>86.019</b>
Circulante	73.594	79.341
Não circulante	6.677	6.678

**17. Encargos regulatórios**

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	2.884	2.358
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	3.407	4.487
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.078	1.540
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	51.244	45.971
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	940	889
Ministério de Minas e Energia - MME	520	443
	<b>60.073</b>	<b>55.688</b>

**18. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos**

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	180.947	166.746
PIS e COFINS diferidos	658.180	289.521
	<b>839.127</b>	<b>456.267</b>
Circulante	63.105	71.091
Não circulante	776.022	385.176

## 19. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos contratados, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2019				31/12/2018
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional - Reais												
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	69	21.394	21.463	24.775
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	696	698	805
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	-	93	28.910	29.003	32.150
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	25	17.383	17.408	21.851
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	-	535	168.533	169.068	180.465
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	213	66.704	66.917	72.594
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	24	7.527	7.551	8.190
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.708)	77	74.114	71.483	98.914
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	5	2.019	2.024	1.389
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	-	364	113.230	113.594	128.860
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	360	103.078	103.438	116.419
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	153	50.880	51.033	60.415
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	22	6.910	6.932	8.205
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	148	49.246	49.394	58.928
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	34	10.784	10.818	12.906
BNDES - nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(69)	172	63.992	64.095	54.870
BNDES - nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(44)	96	34.531	34.583	30.973
BNDES - nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(50)	148	54.435	54.533	47.346
BNDES - nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(59)	222	77.463	77.626	72.645
BNDES - nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(56)	127	49.249	49.320	39.698
BNB - s nº A400000101001 e 1002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	-	49	76.807	76.856	99.405
BDMG (FINAME) - nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	-	-	77	77	210
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	14	9.728	9.742	12.126
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	143	4.174	4.317	4.741
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	-	61	1.986	2.047	3.610
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	-	95	3.071	3.166	3.694
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	67	12.716	12.783	15.258
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	21	3.930	3.951	4.700
Banco do Brasil - FCO - nº 20/00474-5	TME	fev/11	fev/29	80.000	-	10,00	Mensal	-	444	56.410	56.854	-
BNDES -Contrato nº 20/00487-7	TME	fev/12	mai/16	87.300	TJLP	3,60	Mensal	(320)	152	41.586	41.418	-
Subtotal								(3.306)	3.935	1.211.563	1.212.192	1.216.142
Circulante								(838)	3.935	253.619	256.716	152.971
Não circulante								(2.468)	-	957.944	955.476	1.063.171

## Notas explicativas às demonstrações contábeis



Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2019				31/12/2018
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itau Corpbanca	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(***)	4,93	Trimestral	(1.716)	1.129	147.479	146.892	142.383
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/17	set/20	USD 30.000	Libor + 6M(**)	5,85	Semestral	-	-	84.818	84.818	94.450
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/18	dez/21	USD 17.500	Libor + 6M(**)	3,42	Anual	-	-	144.571	144.571	67.895
Pré - Operacionais												
Itau Coprbanca Colombia Prenda	TCE	jul/17	jul/20	COP 175.651.000	IBR(***)	4,44	Mensal	-	-	53	53	135
Itau Coprbanca Colombia Leasing	TCE	jul/17	jul/20	COP 290.001.000	-	10,32	Mensal	-	-	91	91	223
Santander Brasil- Capital de trabajo	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor + 6M(**)	3,70	Anual	(192)	4.406	120.828	125.042	39.729
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor + 6M(**)	até 5 anos 3,90, após 10,27	Semestral	-	-	193.743	193.743	186.840
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor + 6M(**)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	-	-	116.455	116.455	112.684
Subtotal								(1.908)	5.535	808.038	811.665	644.339
Circulante								(447)	5.535	126.258	131.346	44.213
Não circulante								(1.461)	-	681.780	680.319	600.126
Total								(5.214)	9.470	2.019.601	2.023.857	1.860.481
Circulante								(1.285)	9.470	379.877	388.062	197.184
Não circulante								(3.929)	-	1.639.724	1.635.795	1.663.297

(\*) Primeira tranche liberada 29/04/16 no montante de R\$151.450. (\*\*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.

(\*\*\*) Indicador Bancario de Referencia (IBR). A taxa do IBR é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.



A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2019 e em 2018, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2019 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$104.963 (R\$105.979 em 31 de dezembro de 2018) evidenciado na nota explicativa nº 6.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.216.142</b>	<b>1.508.187</b>	<b>644.339</b>	<b>771.248</b>	<b>1.860.481</b>	<b>2.279.435</b>
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	44.925	1.002	150.032	266.262	194.957	267.264
Provisão de encargos	87.368	103.732	62.286	39.731	149.654	143.463
Variação monetária e cambial	2.776	6.665	(5.283)	17.366	(2.507)	24.031
Ganho e perda na conversão	-	-	30.177	34.947	30.177	34.947
Amortização do principal	(152.253)	(299.865)	(28.947)	(448.526)	(181.200)	(748.391)
Amortização do encargos	(87.155)	(103.579)	(40.939)	(36.689)	(128.094)	(140.268)
Empréstimo adquirido em combinação de negócios	100.389	-	-	-	100.389	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.212.192</b>	<b>1.216.142</b>	<b>811.665</b>	<b>644.339</b>	<b>2.023.857</b>	<b>1.860.481</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram liberações de financiamentos captados junto ao Santander de contratos já existentes nas controladas TCE e Alupar Peru, no montante de R\$79.829 e R\$70.203, respectivamente e liberações de tranches junto ao BNDES no montante de R\$44.125 das controladas EDV's. Adicionalmente, foi adquirido pela combinação de negócios o financiamento da TME no montante de R\$100.389 sendo que a mesma, reclassificou para o passivo circulante essas obrigações financeiras, cujos vencimentos originais são de longo prazo, em virtude de solicitação do pré-pagamento das dívidas.

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2019							
	Consolidado							
	R\$							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar norte-americano	116.510	210.268	90.858	25.168	25.755	22.648	173.566	664.773
Pesos colombianos	14.836	10.286	12.655	15.033	17.448	17.448	59.186	146.892
	131.346	220.554	103.513	40.201	43.203	40.096	232.752	811.665
<b>Moeda nacional</b>								
TJLP	248.092	142.793	139.099	141.092	132.685	104.547	271.117	1.179.425
Taxa fixa	9.391	8.154	7.647	7.307	3.183	585	-	36.267
(-) Custos a amortizar	(767)	(305)	(258)	(258)	(258)	(258)	(1.396)	(3.500)
	256.716	150.642	146.488	148.141	135.610	104.874	269.721	1.212.192
	388.062	371.196	250.001	188.342	178.813	144.970	502.473	2.023.857

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2018							
	Consolidado							
	R\$							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar norte-americano	43.141	78.453	124.464	19.333	24.042	25.047	187.476	501.956
Pesos colombianos	1.072	13.458	9.993	12.295	14.605	90.960	-	142.383
	44.213	91.911	134.457	31.628	38.647	116.007	187.476	644.339
<b>Moeda nacional</b>								
TJLP	94.961	92.844	92.944	93.272	94.355	93.891	400.764	963.031
Taxa fixa	58.331	59.776	54.178	47.251	24.550	10.840	1.232	256.158
(-) Custos a amortizar	(321)	(240)	(240)	(240)	(240)	(240)	(1.526)	(3.047)
	152.971	152.380	146.882	140.283	118.665	104.491	400.470	1.216.142
	197.184	244.291	281.339	171.911	157.312	220.498	587.946	1.860.481

## 20. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado							Controladora					Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures							31/12/2019				31/12/2018	31/12/2019				31/12/2018
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos												
Operacionais																		
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral	-	-	-	-	376.671	-	-	-	-	376.671
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	(1.640)	4.686	312.742	315.788	303.319	(1.640)	4.686	312.742	315.788	303.319
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.897)	2.239	648.500	648.842	-	(1.897)	2.239	648.500	648.842	-
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(4.702)	212	72.706	68.216	66.475
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.896
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	(2)	204	28.058	28.260	66.093
5ª Emissão - I	EATE	set/16	set/19	126.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.511
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(27)	176	54.000	54.149	54.191
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(122)	23	42.000	41.901	57.027
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(233)	37	64.908	64.712	83.066
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(666)	6.685	270.000	276.019	-
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	19	1.988	2.007	38.395
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(180)	41	75.000	74.861	74.694
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(216)	1.238	50.000	51.022	-
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	(3)	318	43.763	44.078	103.087
3ª Emissão - I	ENTE	set/16	set/19	28.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.093
3ª Emissão - II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(17)	39	12.000	12.022	12.019
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(226)	1.238	50.000	51.012	-
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	(2)	89	12.176	12.263	28.675
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(142)	22	38.571	38.451	44.761
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(10.554)	748	300.427	290.621	286.720
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	130	17.823	17.953	41.926
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(137)	15	26.757	26.635	29.837
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	(33)	71	9.878	9.916	22.952
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(141)	16	30.000	29.875	29.832
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(198)	19	33.674	33.495	45.685
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(290)	44	77.001	76.755	98.511
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(170)	16	28.001	27.847	35.812
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(917)	676	41.300	41.059	40.930
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(2.798)	3.506	118.573	119.281	114.142
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(143)	15	26.601	26.473	34.045
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(2.626)	3.784	147.027	148.185	142.657
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(675)	509	30.700	30.534	30.440
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(2.061)	2.548	88.180	88.667	84.909
Pré - Operacionais																		
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(21.675)	40.613	680.000	698.938	666.748
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(34.030)	63.905	1.070.000	1.099.875	1.049.243
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(9.704)	12.536	315.000	317.832	304.427
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(21.885)	41.716	715.000	734.831	-
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(33.651)	1.109	530.000	497.458	-
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(25.404)	869	415.000	390.465	-
TOTAL									(3.537)	6.925	961.242	964.630	679.990	(177.167)	190.111	6.477.354	6.490.298	4.542.789
Circulante									(1.582)	6.925	156.371	161.714	27.463	(16.192)	79.023	416.694	479.525	508.893
Não circulante									(1.955)	-	804.871	802.916	652.527	(160.975)	111.088	6.060.660	6.010.773	4.033.896

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Líquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto. Adicionalmente, a Ferreira Gomes cumpriu com os índices do quarto trimestre de 2019.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>679.990</b>	<b>725.914</b>	<b>4.542.789</b>	<b>2.483.736</b>
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	646.576	-	1.901.535	2.720.969
Provisão de encargos	46.322	68.714	399.688	223.919
Variação monetária e cambial	29.347	9.604	54.019	23.017
Amortização do principal	(385.703)	(71.475)	(848.705)	(721.667)
Amortização do encargos	(51.902)	(52.767)	(284.073)	(187.185)
Debêntures adquirida em combinação de negócios	-	-	725.045	-
<b>Saldo final</b>	<b>964.630</b>	<b>679.990</b>	<b>6.490.298</b>	<b>4.542.789</b>

Durante do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram a liquidação da 5ª emissão de debentures da Alupar, no montante de R\$369.726; a liquidação da 3ª e 5ª emissão de debêntures da EATE, no montante de R\$146.844; e a liquidação da 3ª emissão de debentures da ENTE, no montante de R\$174.844. Ocorreram as captações da 7ª Emissão da Alupar; 8ª Emissão da EATE; a 5ª Emissão da ECTE; a 4ª Emissão da ENTE; e a 1ª Emissão da ESTE e da TSM, conforme demonstrado no quadro acima das principais características e o saldo de debêntures. A captação para a Companhia foi realizada para efetuar o resgate antecipado da 5ª emissão de debentures e para reforço do capital de giro, as captações para as controladas em operação foram realizadas para reforço do capital de giro e para as controladas em fase pré-operacional para financiar a construção da infraestrutura de transmissão de energia. Adicionalmente, foi adquirido pela combinação de negócios o financiamento da ETB no montante de R\$725.045.

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019							
	Controladora							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
CDI	-	-	-	-	324.250	324.250	-	648.500
IPCA	163.296	156.371	-	-	-	-	-	319.667
(-) Custos a amortizar	(1.582)	(735)	(325)	(325)	(325)	(245)	-	(3.537)
	161.714	155.636	(325)	(325)	323.925	324.005	-	964.630

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2018							
	Controladora							
	R\$							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
IPCA	28.707	194.940	194.940	44.063	44.063	44.063	132.195	682.971
(-) Custos a amortizar	(1.244)	(1.243)	(423)	(13)	(13)	(13)	(32)	(2.981)
	27.463	193.697	194.517	44.050	44.050	44.050	132.163	679.990

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019							
	Consolidado							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
CDI	255.228	203.840	141.177	105.589	644.250	324.250	50.000	1.724.334
IPCA	240.487	184.921	33.562	133.196	410.913	476.368	3.463.676	4.943.123
(-) Custos a amortizar	(16.190)	(17.474)	(16.925)	(16.530)	(16.045)	(15.270)	(78.725)	(177.159)
	479.525	371.287	157.814	222.255	1.039.118	785.348	3.434.951	6.490.298

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2018							
	Consolidado							
	R\$							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
CDI	458.761	243.588	215.848	129.176	105.588	-	-	1.152.961
IPCA	70.326	230.173	231.076	81.102	195.422	394.364	2.293.022	3.495.485
(-) Custos a amortizar	(20.194)	(12.907)	(11.904)	(11.292)	(10.819)	(10.392)	(28.149)	(105.657)
	508.893	460.854	435.020	198.986	290.191	383.972	2.264.873	4.542.789

## 21. Passivo de arrendamento

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Natureza do arrendamento	Condições contratuais					Controladora	Consolidado
	Prazo médio	Valor presentes dos pagamentos	Índice de reajuste	Taxa a.a (%)	Periodicidade da amortização	31/12/2019	31/12/2019
Imóveis em geral	5 anos	14.859	IGP-M	8,44	Mensal	2.160	12.569
Equipamentos administrativos	3 anos	342	IGP-M	7,95	Mensal	-	293
Equipamentos do sistema de transmissão	13 anos	18.073	IGP-M	11,30	Mensal	-	18.624
Terrenos de parques eólicos	30 anos	2.667	IPCA	10,30	Mensal	-	2.477
<b>Total</b>						<b>2.160</b>	<b>33.963</b>
Circulante						473	6.071
Não circulante						1.687	27.892

Movimentação do arrendamento	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
<b>Saldo inicial</b>	-	-
Adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	2.579	32.450
Adição por novos contratos	-	3.491
Juros incorrido	195	4.734
Correção monetária	112	671
Contraprestação paga	(726)	(7.383)
<b>Saldo final</b>	<b>2.160</b>	<b>33.963</b>

Parcelas vencíveis dos arrendamentos	31/12/2019						Total
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Consolidado	5.425	4.579	5.027	3.710	1.905	1.730	32.276
Controladora	646	735	306	-	-	-	1.687

## 22. Provisões para contingências

- a) A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

Controladora				Consolidado			
Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
Provisões		Depósitos judiciais		Provisões		Depósitos judiciais	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018

### Processos judiciais

Tributário	-	2.500	-	2.448	1	3.450	3.951	5.862
Cível	-	22	10	10	6.122	1.554	8.838	3.601
Fundiário	-	-	-	-	-	-	78	11.964
Trabalhista	5.933	2.414	668	507	9.044	6.124	2.455	2.478

### Processos administrativos

Regulatório (ANEEL)	-	-	-	-	-	-	27	28
	5.933	4.936	678	2.965	15.167	11.128	15.349	23.933
Circulante	-	-	-	-	323	1.071	384	-
Não circulante	5.933	4.936	678	2.965	14.844	10.057	14.965	23.933

- b) Movimentação da provisão para contingências:

Controladora				
31/12/2018	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2019

### Processos judiciais

Tributário	2.500	853	57	(3.410)	-
Cível	22	3	-	(25)	-
Trabalhista	2.414	3.519	-	-	5.933
	4.936	4.375	57	(3.435)	5.933

Controladora				
31/12/2017	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2018

#### Processos judiciais

Tributário	2.422	-	78	-	2.500
Cível	7	15	-	-	22
Trabalhista	925	1.489	-	-	2.414
	3.354	1.504	78	-	4.936

Consolidado						
31/12/2018	Ingressos	Atualizações	Reversão	Contingências adquiridas em combinação de negócios	Pagamentos	31/12/2019

#### Processos judiciais

Tributário	3.450	853	57	(3.410)	3.146	(950)	3.146
Cível	1.554	378	-	(25)	382	(133)	2.156
Trabalhista	6.124	6.202	-	(3.152)	845	(154)	9.865
	11.128	7.433	57	(6.587)	4.373	(1.237)	15.167

Consolidado						
31/12/2017	Ingressos	Atualizações	Reversão	Contingências adquiridas em transação de capital	Pagamentos	31/12/2018

#### Processos judiciais

Tributário	2.422	950	78	-	-	-	3.450
Cível	863	734	-	(43)	-	-	1.554
Trabalhista	4.323	4.585	-	(2.304)	-	(480)	6.124
	7.608	6.269	78	(2.347)	-	(480)	11.128

Em 31 de dezembro de 2019, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes assuntos:

#### Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico financeiro dos contratos firmados.

#### Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade e etc. relacionados a ex-colaboradores.

#### c) Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2019, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
<b><u>Processos judiciais</u></b>				
Tributário	46	51.359	38	35.608
Ambiental e Cível	46	114.164	45	108.099
Trabalhista	62	15.665	85	30.663
Regulatório	8	29	3	-
	<b>162</b>	<b>181.217</b>	<b>171</b>	<b>174.370</b>

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

**i) Tributário:**

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se Ação ajuizada para fins de cobrança do ICMS inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco aproximado é de R\$17.177 (R\$16.499 em 31 de dezembro de 2018); e
- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$15.586.

**ii) Ambiental e Cível:**

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$30.000 (R\$30.000 em 31 de dezembro de 2018);
- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$20.000 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2018);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta, no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Ação de Cobrança nº 00316184620178160001 - proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a condenação referente à multa por rescisão contratual e lucros cessantes. O valor em risco aproximado é de R\$13.390 (R\$10.194 em 31 de dezembro de 2018);
- Ação Monitória nº 00465158420148160001 - proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R\$12.010 (R\$10.984 em 31 de dezembro de 2018);



- Ação de Execução nº 00002067420198030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual contra a controlada Ferreira Gomes, por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R\$8.653;
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor máximo em risco aproximado é de R\$7.000 (R\$7.000 em 31 de dezembro de 2018);
- Ação de Reconvenção nº 10688729020138260100 - proposta pela Cotesa - Desapropriações, Avaliações e Meio Ambiente Ltda. contra a controlada Ijuí Energia S.A., visando a cobrança por serviços imprevistos e supervenientes. O valor em risco aproximado é de R\$6.478 (R\$5.808 em 31 de dezembro de 2018);
- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. Não há valor em risco envolvido;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 - proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela controlada Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face da controlada Transnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$1.211 (R\$1.211 em 31 de dezembro de 2018);
- Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado; e
- Ação Civil Pública nº 00180326620154013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face da subsidiária Transnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$0.100.

### **iii) Regulatória – Ação Ativa – CNPE nº 03:**

- Ações Ordinárias com Pedido de Liminar nº 0027834-41.2013.4.01.3400, nº 0076295-10.2014.4.01.3400 e nº 0003995-79.2016.4.01.3400 – propostas pelas controladas Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., Usina Paulista Queluz de Energia S.A., Ferreira Gomes Energia S.A., ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., por intermédio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Geradoras são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas controladas, caso a liminar não seja mantida, é o montante aproximado de R\$16.110 (R\$16.211 em 31 de dezembro de 2018).

## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de R\$1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

### b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$2.981.996, e estava representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

31/12/2019 e 31/12/2018			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
445.995.367	74,71	5.471.128	1,94
35.162.754	5,89	70.325.508	24,92
115.797.849	19,40	206.358.663	73,14
596.955.970	100,00	282.155.299	100,00

### c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de investimentos: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c.3) Reserva de lucros a realizar: refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (50%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

### d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ganho (perda) em transação de capital</b>		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
APAETE	612	-
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(31.987)	(31.987)
TME	(28.857)	-
	<u>14.927</u>	<u>43.172</u>
<b>Reserva para reinvestimento</b>		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	<u>523</u>	<u>523</u>
	<b><u>15.450</u></b>	<b><u>43.695</u></b>

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações contábeis das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	24.228	10.456
<b>Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior</b>		
<b>Controladas:</b>		
La Virgen	894	1.777
Risaralda	3	5
Alupar Peru	12.207	8.439
Alupar Colombia	1.194	3.551
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b><u>38.526</u></b>	<b><u>24.228</u></b>

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o seu item II possibilita que o valor do dividendo mínimo obrigatório a ser pago seja limitado ao valor do lucro líquido que tiver sido realizado, sendo a diferença não paga registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Para o exercício de 2019, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (parcialmente não realizado), desta forma, constituiu dividendos a pagar considerando o montante de lucro realizado e a diferença dos dividendos a serem pagos, constituiu Reserva de Lucros a Realizar, conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	890.284	386.749
Constituição da reserva legal (5%)	(44.514)	(19.337)
Saldo	845.770	367.412
Constituição da reserva de lucros a realizar	(220.689)	-
Dividendos intermediários pagos	-	(52.746)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	(202.196)	(131.867)
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	(422.885)	(182.799)
Valor do dividendo por ação	0,23	0,21
Valor do dividendos por UNIT	0,69	0,63

g) Participação de acionistas não controladores

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

## 24. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	890.284	386.749
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	596.956	596.956
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	282.155	282.155
<b>Lucro por ação</b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,01271	0,43993
Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	1,01271	0,43993

(\*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

## 25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional bruta</b>				
<b>Sistema de transmissão de energia</b>				
Receita de operação e manutenção	-	-	461.143	177.124
Receita de infraestrutura	-	-	3.393.000	387.121
Remuneração do ativo de concessão	-	-	432.406	933.938
	-	-	4.286.549	1.498.183
<b>Sistema de geração de energia</b>				
Suprimento de energia (Nota 26)	241.026	87.872	738.175	586.417
	241.026	87.872	738.175	586.417
<b>Total - Receita operacional bruta</b>	241.026	87.872	5.024.724	2.084.600
<b>Tributos sobre a receita operacional bruta</b>				
Programa de Integração Social - PIS	(3.340)	(2.121)	(19.471)	(16.845)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(15.384)	(9.816)	(89.732)	(76.045)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(271.495)	(45.760)
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(318)	(387)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	-	(699)	(754)
	(18.724)	(11.937)	(381.715)	(139.791)
<b>Encargos regulatórios</b>				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(29.842)	(30.000)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(5.967)	(5.617)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(5.761)	(5.589)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(2.883)	(2.766)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(6.569)	(6.006)
TFSEE e RGR Diferido	-	-	112	(11.922)
	-	-	(50.910)	(61.900)
<b>Total - Deduções da receita operacional bruta</b>	(18.724)	(11.937)	(432.625)	(201.691)
<b>Total - Receita operacional líquida</b>	<b>222.302</b>	<b>75.935</b>	<b>4.592.099</b>	<b>1.882.909</b>

26. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

Controladora						Consolidado						
Exercício findo em						Exercício findo em						
31/12/2019			31/12/2018			31/12/2019			31/12/2018			
MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	
<b>Suprimento de energia</b>												
Contrato bilateral - ambiente livre	-	-	-	137.416	93,58	12.859	825.899	258,51	213.503	689.407	231,27	159.441
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	748.370	221,00	165.391	108.046	189,02	20.423	748.370	221,00	165.391	108.046	135,76	14.668
Contrato bilateral - ambiente livre - partes relacionadas	559.901	89,65	50.194	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato bilateral - ambiente regulado	-	-	-	173.951	158,54	27.578	1.886.724	160,09	302.054	2.047.931	153,55	314.466
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	25.441	-	-	27.012	-	-	57.227	-	-	97.842
<b>Total - Receita operacional bruta</b>		<b>241.026</b>			<b>87.872</b>			<b>738.175</b>				<b>586.417</b>
<b>Energia comprada para revenda</b>												
Contrato bilateral - ambiente livre	(915.712)	133,02	(121.812)	(624.348)	166,94	(104.231)	(1.151.386)	135,44	(155.946)	(789.527)	91,70	(72.399)
Contrato bilateral - ambiente livre - partes relacionadas	(572.253)	173,97	(99.554)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(38.728)	-	-	(917)	-	-	(90.350)	-	-	(30.128)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	19.847	-	-	9.055	-	-	14.557	-	-	11.878
		<b>(240.247)</b>			<b>(96.093)</b>			<b>(231.739)</b>				<b>(90.649)</b>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

27. Custos e despesas

Controladora							
Exercício findo em							
31/12/2019				31/12/2018			
Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total	
Gerais e administrativas			Gerais e administrativas	Outras			
Pessoal	(11.138)	(555)	(11.693)	(11.136)	-	(491)	(11.627)
Honorários da administração	(10.678)	-	(10.678)	(9.758)	-	-	(9.758)
Material	(166)	-	(166)	(129)	-	-	(129)
Serviços de terceiros	(9.296)	(375)	(9.671)	(15.481)	-	(254)	(15.735)
Depreciação e amortização	(1.785)	-	(1.785)	(1.221)	-	-	(1.221)
Provisão (reversão) para contingências	(3.417)	-	(3.417)	-	(1.504)	-	(1.504)
Aluguéis	(1.110)	-	(1.110)	(1.146)	-	(1)	(1.147)
Seguros	(74)	-	(74)	(50)	-	-	(50)
Doações, contribuições e subvenções	(380)	(247)	(627)	(23)	-	-	(23)
Tributos e taxas	(1.140)	-	(1.140)	(425)	-	-	(425)
Outros	(76)	-	(76)	(83)	-	-	(83)
<b>Total</b>	<b>(39.260)</b>	<b>(1.177)</b>	<b>(40.437)</b>	<b>(39.452)</b>	<b>(1.504)</b>	<b>(746)</b>	<b>(41.702)</b>

Consolidado										
Exercício findo em										
31/12/2019					31/12/2018					
Custos do serviço		Despesas operacionais			Custos do serviço		Despesas operacionais			
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	Total	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Pessoal	(43.372)	(41.382)	(36.601)	-	(121.355)	(50.492)	(19.310)	(35.599)	-	(105.401)
Honorários da administração	-	-	(24.065)	-	(24.065)	-	-	(21.263)	-	(21.263)
Material	(40.910)	(633.767)	(801)	-	(675.478)	(11.925)	(61.528)	(576)	-	(74.029)
Serviços de terceiros	(66.229)	(701.924)	(36.126)	-	(804.279)	(52.169)	(73.760)	(41.496)	-	(167.425)
Depreciação e amortização	(106.125)	-	(6.849)	-	(112.974)	(96.171)	(49)	(5.582)	-	(101.802)
Provisão (reversão) para contingências	(1.742)	-	(3.436)	-	(5.178)	(2.521)	237	-	(1.504)	(3.788)
Aluguéis	(1.940)	(473)	(2.013)	-	(4.426)	(6.069)	(2.295)	(3.759)	-	(12.123)
Seguros	(12.952)	(1.337)	(579)	-	(14.868)	(11.952)	(2.061)	(392)	-	(14.405)
Doações, contribuições e subvenções	(890)	-	(6.669)	-	(7.559)	(434)	-	(4.566)	-	(5.000)
Tributos e taxas	(1.543)	(36.166)	(1.761)	-	(39.470)	(1.757)	-	(2.282)	-	(4.039)
Outros	(1.458)	(160.349)	(11.715)	(11)	(173.533)	(23.179)	(68.042)	(628)	(116)	(91.965)
<b>Total</b>	<b>(277.161)</b>	<b>(1.575.398)</b>	<b>(130.615)</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.983.185)</b>	<b>(256.669)</b>	<b>(226.808)</b>	<b>(116.143)</b>	<b>(1.620)</b>	<b>(601.240)</b>

O valor de “Outros” em Custo de construção refere-se a basicamente custo de dívida capitalizado, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

## 28. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	38.447	46.781	78.536	80.057
Atualização monetária	1.861	1.850	4.298	2.853
Outras	3.953	9.917	4.295	14.718
<b>Total</b>	<b>44.261</b>	<b>58.548</b>	<b>87.129</b>	<b>97.628</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos sobre dívida	(75.669)	(77.924)	(326.869)	(322.901)
Ganho (perda) na variação cambial	6	45	10.940	(12.998)
Atualização monetária	(57)	(78)	(12.735)	(9.418)
Juros sobre arrendamentos	(195)	-	(4.734)	-
Despesas bancárias	(5.925)	(299)	(8.893)	(12.772)
Outras	(303)	337	(7.344)	(6.386)
<b>Total</b>	<b>(82.143)</b>	<b>(77.919)</b>	<b>(349.635)</b>	<b>(364.475)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(37.882)</b>	<b>(19.371)</b>	<b>(262.506)</b>	<b>(266.847)</b>

## 29. Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é como segue:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(92.207)	(89.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(448.663)	(85.957)
<b>Total</b>	<b>(540.870)</b>	<b>(175.432)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>		
<b>Resultado antes dos tributos</b>	2.182.267	926.222
Juros sobre capital próprio	-	(81.262)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	<b>(741.971)</b>	<b>(287.286)</b>
<b>Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:</b>		
Equivalência Patrimonial	57.394	34.609
Despesas e provisões indedutíveis	(1.261)	(871)
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	115.659	(8.605)
Reversão do efeito das empresas localizados no Exterior	(4.213)	(527)
Incentivo Fiscal (*)	95.184	82.110
Lei Rouanet/Esporte/FIA	960	6.681
(-) Exclusão do art.69 Inciso IV da Lei 12.973	789	5.034
Outras	(63.411)	(6.577)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>(540.870)</b>	<b>(175.432)</b>
<b>c) Alíquota efetiva</b>	<b>-24,8%</b>	<b>-18,9%</b>

(\*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo – não circulante:

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Consolidado	
31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda diferido - ativo	4.057
Contribuição social diferida - ativo	2.951
<b>Total Ativo</b>	<b>7.008</b>
Imposto de renda diferido - passivo	(840.683)
Contribuição social diferida - passivo	(388.816)
<b>Total Passivo</b>	<b>(1.229.499)</b>

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE e ETVG.

As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE, ETVG, ETEM, ETES e Risaralda possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

Consolidado				
Balanco patrimonial		Resultado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Prejuízo fiscal e base negativa	7.008	10.063	1.116	(3.380)
Contrato de concessão	(1.228.517)	(676.400)	(451.335)	(83.096)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(982)	(8.358)	1.556	519

***Créditos fiscais a compensar***

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo nas demonstrações contábeis e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Em 31 de dezembro de 2019, a Alupar acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Controladora	
31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Créditos fiscais não reconhecidos</u></b>	
Prejuízo fiscal	515.341
Base negativa de contribuição social	535.050
	428.583
	441.143



- c) A abertura por Empresas referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2019		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de tributação
<b>Controladas</b>			
Alupar Peru	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Foz	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ijuí	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Lavrinhas	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Queluz	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ferreira Gomes (**)	9,25%	2026	Lucro Real
GET	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Risaralda	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Alupar Colombia	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Verde 8	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Agua Limpa	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNl 9,25%	2023	Lucro Real
STN (*)		2025	Lucro Real
ETES	9,25%	2019	Lucro Real
ETEP (*)	3,65%	2025	Lucro Real
ENTE (*)	3,65%	2025	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	2024	Lucro Presumido
ECTE (*)	3,65%	Não aplicável	Lucro Real
ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
ELTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
STC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ACE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AF	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Windepar	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
ETAP	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
ETC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
TCC	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
TPE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
TSM	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissoras Reunidas	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AETE	9,25%	2028	Lucro Real
EBTE	9,25%	2020	Lucro Real
Transleste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	2025	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
EDV I	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
EDTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
TME	9,25%	2024	Lucro Real
ETB	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>			
TNE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

(\*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

(\*\*) Em 08 de Outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS.

### 30. Partes relacionadas

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Balanco patrimonial</b>								
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>								
Caixa Econômica Federal (i)	-	203.351	-	-	-	203.351	-	-
<b>Investimento de curto-prazo</b>								
Caixa Econômica Federal (i)	983.103	513.756	-	-	983.103	513.756	-	-
<b>Clientes - Compra de energia ambiente livre (ii)</b>								
Lavrinhas	-	667	-	-	-	-	-	-
Queluz	-	667	-	-	-	-	-	-
Foz	-	423	-	-	-	-	-	-
Ijuí	-	968	-	-	-	-	-	-
	-	2.725	-	-	-	-	-	-
<b>Outros ativos</b>								
Verde 8 - Reembolso de despesas (iii)	13.476	17.497	-	-	-	-	-	-
Windepar - Mútuos (iv)	56.000	45.722	-	-	-	-	-	-
	69.476	63.219	-	-	-	-	-	-
<b>Dividendos a receber (v)</b>								
Transminas	6.003	4.485	-	-	-	-	-	-
APAETE	727	-	-	-	-	-	-	-
STN	-	1.182	-	-	-	-	-	-
EATE	33.045	-	-	-	-	-	-	-
ENTE	15.130	-	-	-	-	-	-	-
ERTE	2.223	-	-	-	-	-	-	-
ETEP	8.398	-	-	-	-	-	-	-
ECTE	6.018	5.510	-	-	-	-	-	-
Foz	4.481	4.559	-	-	-	-	-	-
Ijuí	4.570	9.258	-	-	-	-	-	-
Lavrinhas	10.431	2.610	-	-	-	-	-	-
Queluz	23.009	13.515	-	-	-	-	-	-
ETES	12.736	7.059	-	-	-	-	-	-
TME	19.315	17.312	-	-	-	17.312	-	-
ETEM	1.081	3.759	-	-	-	-	-	-
ETVG	7.504	1.630	-	-	-	-	-	-
TNE	75	75	-	-	75	75	-	-
ETAP	36.117	-	-	-	-	-	-	-
ETC	85.298	-	-	-	-	-	-	-
FGE	10.308	7.783	-	-	-	-	-	-
Verde 8	-	997	-	-	-	-	-	-
	286.469	79.734	-	-	75	17.387	-	-
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital (vi)</b>								
Alupar Peru	68.624	75.144	-	-	-	-	-	-
Transmissoras Reunidas	2	-	-	-	-	-	-	-
ACE	-	1.100	-	-	-	-	-	-
AF	-	530	-	-	-	-	-	-
Agua Limpa	-	360	-	-	-	-	-	-
GET	696	-	-	-	-	-	-	-
ELTE	-	9.457	-	-	-	-	-	-
EAP I	30	-	-	-	-	-	-	-
EAP II	30	-	-	-	-	-	-	-
Windepar	85.991	79.880	-	-	-	-	-	-
Alupar Colombia	3.407	705	-	-	-	-	-	-
Alupar Chile	2.850	2.847	-	-	-	-	-	-
	161.630	170.023	-	-	-	-	-	-
<b>Fornecedores</b>								
Ferreira Gomes - Compra de energia ambiente livre (vii)	-	-	23.652	5.680	-	-	-	-
ETB - Compromisso de integralização (viii)	-	-	12.000	12.000	-	-	-	12.000
Verde 8 - Compra de energia ambiente livre (vii)	-	-	468	1.388	-	-	-	-
	-	-	36.120	19.068	-	-	-	12.000
<b>Debêntures (i)</b>								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	-	376.671	-	-	-	376.671
<b>Dividendos a pagar (ix)</b>								
Guarupart	-	-	151.065	98.521	-	-	151.065	98.521
Demais acionistas minoritários	-	-	51.132	33.347	-	-	51.132	59.671
	-	-	202.197	131.868	-	-	202.197	158.192

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018

#### **Demonstração do resultado**

<b><u>Receita - Suprimento de energia (ii)</u></b>	<b>50.194</b>	<b>21.121</b>
Ferreira Gomes	22.996	5.738
Queluz	8.921	5.697
Lavrinhas	8.921	5.633
Foz do Rio Claro	1.609	2.720
Ijuí	377	1.333
Verde 8	7.370	-
<b><u>Custo - Energia comprada para revenda (vii)</u></b>	<b>(99.562)</b>	<b>(67.055)</b>
Ferreira Gomes	(94.051)	(65.214)
Verde 8	(5.511)	(1.841)
<b><u>Receitas financeiras</u></b>	<b>40.951</b>	<b>58.353</b>
Caixa Econômica Federal - Aplicações financeiras (i)	37.284	47.996
Verde 8 Energia S.A. - Juros sobre nota de débito (iii)	1.075	10.357
Windepar - Mútuo (iv)	2.592	-
<b><u>Despesas financeiras</u></b>	<b>(38.615)</b>	<b>(44.150)</b>
FI FGTS - 5ª Emissão (i)	(38.615)	(44.150)

- i) Refere-se a Aplicações financeiras, Investimentos de curto prazo e Debêntures realizadas pela Caixa Econômica Federal que é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia a taxas de mercado;
- ii) Referia-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento dos contratos o preço médio de venda foi de R\$89,65 (ano 2019);
- iii) Refere-se aos valores de rateio de despesas de água, luz e condomínio entre a Companhia e suas controladas;
- iv) Refere-se a contratos de mútuo entre a controladora Alupar e sua controlada direta Windepar, com vencimentos julho de 2020, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos são remunerados a 100% da CDI a.a.
- v) Refere-se a dividendos a receber referente ao exercício de 2019/2018 e anteriores das controladas da Companhia e que serão liquidados até dezembro de 2019;
- vi) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado pela Companhia em suas controladas para reforço de caixa o qual serão integralizados até junho de 2020;
- vii) Refere-se da compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de outras controladas, o preço médio de compra foi de R\$ 173,97 (ano 2019);
- viii) Refere-se a compromisso de integralização de capital da Alupar na ETB no montante de R\$12.000, com prazo de vencimento deste aporte até de dezembro de 2020; e
- ix) Refere-se a dividendos a pagar referente ao exercício de 2019 e anteriores.

#### **b) Garantias**

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	61.194
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	62.639
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	132.425
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	119.438
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	52.585
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	8.508
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário - 147.068/10	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	110
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	13.402
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	46.062
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	24.092
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debêntures - 5ª emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	381.421
29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	ETEP, Alupar e TAESA	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	Penhor de ações	42.797	13/11/12	15/04/27	-
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditários Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.600	28/12/12	15/04/31	375.368
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	13.399
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	4.135
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	10.337
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.473	27/12/13	15/12/28	55.836
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	32.795
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	4.427
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos I	Alupar/ Windepar	Contrato de financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	55.309
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos II	Alupar/ Windepar			32.220	11/02/16	15/10/32	31.221
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos III	Alupar/ Windepar			49.007	11/02/16	15/10/32	47.727
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos IV	Alupar/ Windepar			81.047	11/02/16	15/10/32	73.216
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos X	Alupar/ Windepar			47.042	11/02/16	15/10/32	40.016
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	3.290
29/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios.	4.469	05/04/16	15/04/21	2.430
02/05/16	AGE-Assembleia Geral Extraordinária de 02.05.16	Cavan Rocbra	Guarupart (Avalista) e Cavan Pré	Debêntures	Aval	35.000	20/05/16	20/06/20	6.554
21/11/16	AGE/ Conselho de Administração	Windepar	Alupar, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos.	67.500	15/12/16	15/12/28	73.019
28/11/16	ARS-28.11.2016-(Erg)/ AGE-30.11.2016 (Cime)/ARS-28.11.2016-(Guarupart)	Erg Projetos e Construções Ltda	Guarupart e Cime (Fiadoras)	Empréstimo com Alienação Fiduciária	Fiança	US\$ 4.594.000,00	15/12/16	16/12/26	3.594
10/03/17	Conselho da La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Carta Fiança	Guaranty agreement	80.000	10/03/17	10/03/32	-
22/09/17	-	Alupar Inversiones Perú	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	US\$ 30,000,000.00	22/09/17	22/09/20	3.796
11/12/17	AGE	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	15/09/18	15/09/25	156.439
11/12/17	AGE	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	15/09/18	15/09/25	116.349
26/09/18	AGE de 26.09.2018	TCC	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	
26/09/18	AGE de 26.09.2018	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	
17/12/18	AGE-13.12.18	Cavan Rocbra	Cime	CCB- Cédula de Crédito Bancário	Fiadora	20.000	18/12/18	18/12/22	18.614
-	-	Risarda Energia SAS ESP	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018	COP \$120.000.000.000,00	30/05/18	30/05/25	-
-	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	100.000
N/A	N/A	La Virgen S.A.C.	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	\$80.000.000,00	10/03/15	10/03/32	\$200.000,00
-	-	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Loan Agreement. Financiamiento Proyecto UPME 06-2017 Línea de Transmisión La Virginia - Nueva Esperanza 500kv	USD \$30.000.000	27/04/18	27/04/21	-

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.435	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.036.721	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/2011	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.419	04/03/11	06/03/20	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	69.973
21/11/19	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100419110099700 - ONS	1.002.063	21/11/19	23/11/20	-
-	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - ONS	3.186.467	04/07/18	20/06/20	3.482.633
-	-	EDV III	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005000 - ONS	31.277	17/09/18	10/09/20	31.277
-	-	EDV X	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005200 - ONS	26.763	17/09/18	10/09/20	26.763
-	-	EDV I	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090004800 - ONS	40.389	17/09/18	09/12/20	40.389
-	-	Risaralda Energia SAS ESP	Alupar	Carta Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada (Contrato de Suministro de Energia com EMCALI)	COP \$14.539.801.654	01/03/19	28/02/20	-
-	-	Foz	Alupar	Fiança	Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão	R\$ 1.010.090,00	15/03/19	16/03/20	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
-	-	Alupar Inversiones Peru	Alupar	Fiança	Garantir as obrigações decorretes da carta fiança emitida em favor de "La Agencia de promoción de La Inversión Privada - Proinversion, para garantir a validez, vigência e serenidade da oferta.	US\$ 4.000.000,00	17/10/19	05/03/20	-
-	-	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299.347	30/11/16	01/03/22	COP \$ 53.259.299.347
-	Conselho de Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	U\$ 30.000.000	22/09/17	22/09/20	-
-	-	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Fiança. Carta de Garantia para recibir el respaldo de Alupar Invetimento de las obligaciones legales y comerciales, en caso de suscribir un contrato, si la empresa es adjudicada. ABB LTDA y TCE	Componente en Dólares: USD \$ 8.818.275,92 y Componente Local: COP \$ 9.579.125.556,66	18/12/17	16/10/21	-

### c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2019 no montante de até R\$11.080, sendo R\$1.108 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$9.972 referentes à remuneração da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração da diretoria (i)	9.773	8.898	22.059	19.245
Remuneração do conselho	905	860	2.006	2.018
<b>Total</b>	<b>10.678</b>	<b>9.758</b>	<b>24.065</b>	<b>21.263</b>

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

## 31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 31.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### 31.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Consolidado					
31/12/2019		31/12/2018		Classificação	Nível
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
67.982	67.982	83.385	83.385	Custo amortizado	-
957.222	957.222	2.892.038	2.892.038	Valor justo por meio do resultado	2
2.864.348	2.864.348	513.756	513.756	Valor justo por meio do resultado	2
104.963	104.963	110.971	110.971	Valor justo por meio do resultado	2
358.786	358.786	336.477	336.477	Custo amortizado	-
4.353.301	4.353.301	3.936.627	3.936.627		
401.370	401.370	293.192	293.192	Custo amortizado	-
2.023.857	2.023.857	1.860.481	1.860.481	Custo amortizado	-
6.490.298	6.485.886	4.542.789	4.527.012	Custo amortizado	-
33.963	33.963	-	-	Custo amortizado	-
8.949.488	8.945.076	6.696.462	6.680.685		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
  - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

- ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.
- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **31.3. Informações sobre Liquidez**

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$8.514.155, sendo que 10,19% desse valor (ou R\$867.587) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 1,04 (1,05 em 2018) e do Consolidado é de 1,12 (1,29 em 2018). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 66,0% de recursos próprios em contrapartida a 34,0% de capital de terceiros (57,0% de recursos próprios e 43,0% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2018).



A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 109,90% em 31 de dezembro de 2019 e 103,93% em 31 de dezembro de 2018.

### 31.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

#### Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2019	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			<b>4,81%</b>	<b>2,41%</b>	<b>3,61%</b>	<b>6,02%</b>	<b>7,22%</b>
Equivalentes de caixa	CDI	957.222	46.066	23.033	34.550	57.583	69.099
Investimentos de curto prazo	CDI	2.864.348	137.847	68.923	103.385	172.308	206.770
Títulos e valores mobiliários	CDI	104.963	5.051	2.526	3.789	6.314	7.577
<b>Total</b>		<b>3.926.533</b>	<b>188.964</b>	<b>94.482</b>	<b>141.723</b>	<b>236.206</b>	<b>283.447</b>

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 27 de dezembro de 2019; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31.12.2019	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				<b>4,89%</b>	<b>2,45%</b>	<b>3,67%</b>	<b>6,12%</b>	<b>7,34%</b>
	TJLP +	2,41%	963.636	71.521	47.379	59.450	83.591	95.662
<b>Debêntures</b>				<b>4,81%</b>	<b>2,41%</b>	<b>3,61%</b>	<b>6,02%</b>	<b>7,22%</b>
	CDI +	110,03%	1.720.141	1.325.509	1.255.588	1.290.548	1.360.469	1.395.430
	IPCA +	5,60%	4.770.157	444.350	355.695	400.022	488.677	533.004
<b>Total</b>			<b>7.453.934</b>	<b>1.841.379</b>	<b>1.658.662</b>	<b>1.750.021</b>	<b>1.932.738</b>	<b>2.024.096</b>

(\*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

### 31.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:



**31.6.1. Risco de crédito**

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

- a) Contas a receber de clientes  
Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados à seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuarios da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.
  
- b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo  
Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

**31.6.2. Risco de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$3.994.515 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

Outro ponto importante é que 88,67% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (89,38% em 31 de dezembro de 2018), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 49,03% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (43,31% em 31 de dezembro de 2018).

**31.6.3. Riscos de mercado**

- Risco Hidrológico:  
O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

- **Risco de Descontratação:**

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

#### **31.6.4. Risco de taxas de câmbio**

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 9,53% do total da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2019 (5,30% em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com suas políticas financeiras internas, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### **31.6.5. Risco de regulação**

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

#### **31.6.6. Risco financeiro**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de Instituições Financeiras de primeira linha e com o estabelecimento de limites de concentração.

### 31.6.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros (vide notas explicativas nº 19 e nº 20).

### 31.6.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.023.857	1.860.481
Debêntures	964.630	679.990	6.490.298	4.542.789
Dívida bruta	964.630	679.990	8.514.155	6.403.270
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(39.474)	(231.878)	(1.025.204)	(2.975.423)
(-) Investimentos de curto prazo	(983.103)	(513.756)	(2.864.348)	(513.756)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(104.963)	(110.971)
Dívida líquida	(57.947)	(65.644)	4.519.640	2.803.120
Patrimônio líquido	5.002.189	4.328.048	7.540.065	6.261.709
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,02)</b>	<b>0,60</b>	<b>0,45</b>

## 32. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia e suas controladas:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2019							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	4.862.230	646.905	-	250.208	5.759.343	(575.681)	(158.938)	5.024.724
Receita de transmissão de energia	471.919	-	-	-	471.919	(10.776)	-	461.143
Receita de infraestrutura	4.041.515	-	-	-	4.041.515	(648.515)	-	3.393.000
Remuneração do ativo da concessão	348.796	-	-	-	348.796	83.610	-	432.406
Suprimento de energia	-	646.905	-	241.026	887.931	-	(149.756)	738.175
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.182	9.182	-	(9.182)	-
Deduções da receita operacional bruta	(424.528)	(44.478)	-	(19.892)	(488.898)	56.273	-	(432.625)
Receita operacional líquida	4.437.702	602.427	-	230.316	5.270.445	(519.408)	(158.938)	4.592.099
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(141.248)	-	(240.247)	(381.495)	-	149.756	(231.739)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(30.397)	-	-	(30.397)	-	-	(30.397)
Compensação finan. p/ utiliz. de rec. hídricos - CFURH	-	(10.636)	-	-	(10.636)	-	-	(10.636)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(119.944)	(58.726)	-	(7.330)	(186.000)	5.782	9.182	(171.036)
Custo de infraestrutura	(1.930.068)	-	-	-	(1.930.068)	354.670	-	(1.575.398)
Depreciação / Amortização	(2.566)	(103.554)	-	(37)	(106.157)	32	-	(106.125)
	(2.052.578)	(344.561)	-	(247.614)	(2.644.753)	360.484	158.938	(2.125.331)
Lucro bruto	2.385.124	257.866	-	(17.298)	2.625.692	(158.924)	-	2.466.768
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(52.350)	(37.662)	(44.031)	(4)	(134.047)	3.432	-	(130.615)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	982.924	-	982.924	-	(925.530)	57.394
Outras receitas	440	2.695	48.499	-	51.634	(397)	-	51.237
Outras despesas	(10)	(1)	-	-	(11)	-	-	(11)
	(51.920)	(34.968)	987.392	(4)	900.500	3.035	(925.530)	(21.995)
LAJIR	2.333.204	222.898	987.392	(17.302)	3.526.192	(155.889)	(925.530)	2.444.773
Depreciação / Amortização	5.720	104.854	2.394	38	113.006	(32)	-	112.974
LAJIDA	2.338.924	327.752	989.786	(17.264)	3.639.198	(155.921)	(925.530)	2.557.747
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(118.827)	(139.503)	(106.829)	(18)	(365.177)	9.308	6.234	(349.635)
Encargos de dívidas	(107.665)	(136.311)	(101.172)	-	(345.148)	8.314	5.159	(331.675)
Variações cambiais	3.091	7.096	753	-	10.940	-	-	10.940
Outras	(14.253)	(10.288)	(6.410)	(18)	(30.969)	994	1.075	(28.900)
Receitas financeiras	30.260	17.095	48.445	38	95.838	(2.475)	(6.234)	87.129
Receitas de aplicações financeiras	25.543	14.739	39.974	23	80.279	(1.744)	-	78.535
Outras	4.717	2.356	8.471	15	15.559	(731)	(6.234)	8.594
	(88.567)	(122.408)	(58.384)	20	(269.339)	6.833	-	(262.506)
LAIR	2.244.637	100.490	929.008	(17.282)	3.256.853	(149.056)	(925.530)	2.182.267
IR e CSLL correntes	(77.936)	(15.175)	(324)	(116)	(93.551)	1.344	-	(92.207)
IR e CSLL diferidos	(481.308)	1.116	-	-	(480.192)	31.529	-	(448.663)
	(559.244)	(14.059)	(324)	(116)	(573.743)	32.873	-	(540.870)
Lucro líquido Consolidado	1.685.393	86.431	928.684	(17.398)	2.683.110	(116.183)	(925.530)	1.641.397
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(751.113)	(751.113)
Lucro líquido acionistas controladores	1.685.393	86.431	928.684	(17.398)	2.683.110	(116.183)	(1.676.643)	890.284
Ativos operacionais	482.860	4.505.079	161.599	1.485	5.151.023	(196.528)	(133.139)	4.821.356
Passivos operacionais	370.871	338.384	155.403	1.190	865.848	(1.032)	(51.482)	813.334

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2018							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.624.736</b>	<b>586.721</b>	-	<b>98.907</b>	<b>2.310.364</b>	<b>(126.553)</b>	<b>(99.211)</b>	<b>2.084.600</b>
Receita de transmissão de energia	187.187	-	-	-	187.187	(10.063)	-	177.124
Receita de infraestrutura	434.972	-	-	-	434.972	(47.851)	-	387.121
Remuneração do ativo da concessão	1.002.577	-	-	-	1.002.577	(68.639)	-	933.938
Suprimento de energia	-	586.721	-	87.872	674.593	-	(88.176)	586.417
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.035	11.035	-	(11.035)	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(164.345)</b>	<b>(38.739)</b>	-	<b>(13.345)</b>	<b>(216.429)</b>	<b>14.738</b>	-	<b>(201.691)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.460.391</b>	<b>547.982</b>	-	<b>85.562</b>	<b>2.093.935</b>	<b>(111.815)</b>	<b>(99.211)</b>	<b>1.882.909</b>
<b>Custo do serviço</b>								
<b>Custo com energia elétrica</b>								
Energia comprada para revenda	-	(82.732)	-	(96.093)	(178.825)	-	88.176	(90.649)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(29.021)	-	-	(29.021)	-	-	(29.021)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(10.646)	-	-	(10.646)	-	-	(10.646)
<b>Custo de operação</b>								
Custo dos serviços prestados	(93.546)	(72.841)	-	(12.340)	(178.727)	7.194	11.035	(160.498)
Custo de infraestrutura	(270.668)	-	-	-	(270.668)	43.860	-	(226.808)
Depreciação / Amortização	(4)	(96.138)	-	(29)	(96.171)	-	-	(96.171)
	<b>(364.218)</b>	<b>(291.378)</b>	-	<b>(108.462)</b>	<b>(764.058)</b>	<b>51.054</b>	<b>99.211</b>	<b>(613.793)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.096.173</b>	<b>256.604</b>	-	<b>(22.900)</b>	<b>1.329.877</b>	<b>(60.761)</b>	-	<b>1.269.116</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>								
Administrativas e gerais	(46.972)	(27.908)	(43.815)	(11)	(118.706)	2.563	-	(116.143)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	470.541	-	470.541	-	(435.932)	34.609
Outras receitas	366	156	6.585	-	7.107	-	-	7.107
Outras despesas	(198)	-	(1.504)	-	(1.702)	82	-	(1.620)
	<b>(46.804)</b>	<b>(27.752)</b>	<b>431.807</b>	<b>(11)</b>	<b>357.240</b>	<b>2.645</b>	<b>(435.932)</b>	<b>(76.047)</b>
<b>LAJIR</b>	<b>1.049.369</b>	<b>228.852</b>	<b>431.807</b>	<b>(22.911)</b>	<b>1.687.117</b>	<b>(58.116)</b>	<b>(435.932)</b>	<b>1.193.069</b>
Depreciação / Amortização	2.849	97.085	1.786	32	101.752	-	-	101.752
<b>LAJIDA</b>	<b>1.052.218</b>	<b>325.937</b>	<b>433.593</b>	<b>(22.879)</b>	<b>1.788.869</b>	<b>(58.116)</b>	<b>(435.932)</b>	<b>1.294.821</b>
<b>Despesas e receitas financeiras</b>								
Despesas financeiras	(117.210)	(159.593)	(98.941)	(12)	(375.756)	11.281	-	(364.475)
Encargos de dívidas	(110.118)	(136.088)	(87.259)	-	(333.465)	10.346	-	(323.119)
Variações cambiais	1.028	(15.429)	(4.770)	-	(19.171)	-	-	(19.171)
Outras	(8.120)	(8.076)	(6.912)	(12)	(23.120)	935	-	(22.185)
Receitas financeiras	21.085	16.323	61.991	42	99.441	(1.813)	-	97.628
Receitas de aplicações financeiras	18.833	13.864	48.827	42	81.566	(1.402)	-	80.164
Outras	2.252	2.459	13.164	-	17.875	(411)	-	17.464
	<b>(96.125)</b>	<b>(143.270)</b>	<b>(36.950)</b>	<b>30</b>	<b>(276.315)</b>	<b>9.468</b>	-	<b>(266.847)</b>
<b>LAIR</b>	<b>953.244</b>	<b>85.582</b>	<b>394.857</b>	<b>(22.881)</b>	<b>1.410.802</b>	<b>(48.648)</b>	<b>(435.932)</b>	<b>926.222</b>
IR e CSLL correntes	(75.193)	(15.905)	(598)	-	(91.696)	2.221	-	(89.475)
IR e CSLL diferidos	(88.224)	(6.384)	-	-	(94.608)	8.651	-	(85.957)
	<b>(163.417)</b>	<b>(22.289)</b>	<b>(598)</b>	-	<b>(186.304)</b>	<b>10.872</b>	-	<b>(175.432)</b>
<b>Lucro líquido Consolidado</b>	<b>789.827</b>	<b>63.293</b>	<b>394.259</b>	<b>(22.881)</b>	<b>1.224.498</b>	<b>(37.776)</b>	<b>(435.932)</b>	<b>750.790</b>
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(364.041)	(364.041)
<b>Lucro líquido Alupar</b>	<b>789.827</b>	<b>63.293</b>	<b>394.259</b>	<b>(22.881)</b>	<b>1.224.498</b>	<b>(37.776)</b>	<b>(799.973)</b>	<b>386.749</b>
<b>Ativos operacionais</b>	<b>10.729</b>	<b>4.407.682</b>	<b>151.839</b>	<b>945</b>	<b>4.571.195</b>	<b>(216.301)</b>	<b>(102.704)</b>	<b>4.252.190</b>
<b>Passivos operacionais</b>	<b>190.312</b>	<b>356.629</b>	<b>105.595</b>	<b>1.484</b>	<b>654.020</b>	<b>(9.306)</b>	<b>(18.384)</b>	<b>626.330</b>

### 33. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018
Assistência médica e vale transporte	7.486	6.282
Previdência privada (*)	2.293	1.437
Educação	254	143
Auxílio alimentação	5.564	3.986
Outros	810	1.186
<b>Total</b>	<b>16.407</b>	<b>13.034</b>

(\*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

#### 34. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2019	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	31.472	27
Responsabilidade Civil	3.215.000	2.171
Risco de Engenharia	899.000	2.029
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	54
Riscos Nomeados / Operacionais	11.420.536	7.052
Veículos	Valores de tabela	112
Seguro de Riscos Equipamentos	358	5
Fiel Cumprimento	415.454	7.030
Seguro Garantia Judicial	5.007	128
Seguro Garantia Performance	70.480	635
Seguro Garantia Projeto Aneel	2.105	16

#### 35. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção dos respectivos empreendimentos, conforme detalhado a seguir:

Controlada:	Valor
EDTE	57.800
ELTE	6.926
ESTE	227.167
ETB	173.198
ETSE	13.700
TCC	258.614
TPE	455.329
TSM	83.937
<b>Total</b>	<b>1.276.671</b>

## 36. Eventos subsequentes

---

- **EDTE – entrada em operação comercial**

Em 20 de janeiro de 2020, a controlada indireta da Companhia, EDTE obteve autorização para início de operação comercial. A transmissora EDTE é responsável pelo desenvolvimento, construção e operação do lote M da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 realizado em abril de 2016, composto pelas seguintes instalações: LT 500 kV Ibicoara - Poções III | Extensão 165 Km; o SE 500/230 kV Poções III | Potência 600 MVA; e a LT 230kV Poções III – Poções II | Extensão 5 Km. A EDTE contribuirá com a expansão do sistema de transmissão da região sul do estado da Bahia, visando o adequado atendimento elétrico aos consumidores dessa região.

- **Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia**

A administração da Companhia e suas controladas está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 31.6.1., a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado e para a análise de impairment de suas controladas.

Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia e suas controladas.

\* \* \*

José Luiz Godoy Pereira  
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro  
e de Relações com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes  
Contadora responsável  
CRC 1SP199348/O-0